

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE
(PPGPACS)

DISSERTAÇÃO

SÃO JOÃO MARCOS, PATRIMÔNIO
SUBJUGADO:
A FRAGMENTAÇÃO DA MEMÓRIA DE SÃO
JOÃO MARCOS DE 1946-1964

Pedro Valle Souza

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE
(PPGPACS)**

**SÃO JOÃO MARCOS, PATRIMÔNIO SUBJUGADO: A FRAGMENTAÇÃO
DA MEMÓRIA DE SÃO JOÃO MARCOS DE
1946-1964**

PEDRO VALLE SOUZA

Sob a orientação do Professor:

Dr. Marcos José de Araújo Caldas

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de Concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade. Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu - RJ

Agosto de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha cartográfica elaborada
Com dados fornecidos pelo (a) autor (a)

369.61

S729s Souza, Pedro Valle

T São João Marcos, patrimônio subjugado: a fragmentação da memória de São João Marcos de 1946-1964 / Pedro Valle Souza. - 2020.
118 f.: il.

Orientador: Marcos José de Araújo Caldas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Bibliografia: f. 108-115.

1. Patrimônio cultural - Teses. 2. São João Marcos - História, 1946-1964 - Teses. I. Caldas, Marcos José de Araújo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Brasil – RJ. ”

“This study was financed in part by the Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Brasil – RJ. ”



ATA Nº 1961/2020 - PPGPACS (12.28.01.00.00.22)

Nº do Protocolo: 23083.040173/2020-45

Seropédica-RJ, 24 de agosto de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E SOCIEDADE

Pedro Valle Souza

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Dissertação *defendida e aprovada* pela Comissão Examinadora em 24/08/2020.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas.

(Assinado digitalmente em 25/08/2020 09:50)

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - TITULAR
CHEFE DE UNIDADE
CoordGT (12.28.01.00.00.08)
Matrícula: 1744846

(Assinado digitalmente em 25/08/2020 14:31)

MARCOS JOSE DE ARAUJO CALDAS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1533038

(Assinado digitalmente em 25/08/2020 10:00)

RAQUEL ALVITOS PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1862824

(Assinado digitalmente em 25/08/2020 17:58)

ALEJANDRA SALADINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 018.555.677-92

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj/public/documentos/index.jsp> informando seu número:

1961, ano: **2020**, tipo: **ATA**, data de emissão: **24/08/2020** e o código de verificação: **7df6eb9f84**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de uma longa jornada dentro do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Memória e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, colocando fim a uma primeira fase de nossa pesquisa, e uma realização profissional, me sagrar mestre. Essa jornada iniciou se com a colaboração de meu orientador Professor Dr. Marcos José de Araújo Caldas, que me brindou com sua sabedoria e a quem devo muito, deixo aqui já meu agradecimento. O primeiro contato com o programa me deu amigas como Luciane Barbosa, Simone Fontes e Daniele Silva que muito me ajudaram nessa caminhada de construção do conhecimento. Mas a verdadeira parceria, do dia a dia da sala de aula e eventos aconteceu ao conhecer pessoas especiais como Paulo Henrique, meu amigo mestre Paulão, Joana D' arc , e meu parceiro de trabalhos e de escrita Jefferson Nepomuceno, deixo aqui meu agradecimento a todos eles. Não poderia deixar de agradecer também a todos os professores do programa PPGPACS, fazendo isso através da Professora Dra. Elis Regina, que tanto me apoiou e me incentivou nesses últimos 2 anos de luta dentro do programa. Agradecer a banca avaliadora, que dispôs de seu tempo e seu conhecimento para colaborar na construção desse trabalho composta além da professora Dra. Elis Regina, das professoras Dras., Raquel Alvitos Pereira e Alejandra Saladino, meu muito obrigado.

Mas nada disso seria possível sem o apoio incondicional de minha família, do carinho, do tempo, de toda paciência que meus avós, Waldir, Neuza, Elidia e Hudson, dedicaram a mim durante minha vida, da sabedoria e aprendizado que pude aprender com eles e que acadêmica não nos ensina, do cuidado e zelo diário que me proporcionou a tranquilidade necessária para escrever esse trabalho e aqui incluo Nivaldo, que cuidou de mim a vida toda. Por último, e mais importante, o agradecimento aos meus pais que proporcionaram a possibilidade de eu estar aqui hoje na academia em busca de mais essa realização, minha mãe Sheila, uma mulher forte e determinada de capacidades mil, que se reinventou e se reinventa a cada dia, mostrando

que determinação a tudo. E meu Pai, Paulo Mauricio, que sempre me mostrou que o conhecimento nunca é demais, e que estudou e caminhou comigo a cada passo a cada livro, a cada sonho. Aprendi com meus pais o valor da arte do patrimônio da cultura, coisas que sempre estiveram presentes nossa criação minha e de minha irmã, a isso serei sempre grato.

RESUMO

SOUZA, Pedro Valle. **São João Marcos, patrimônio subjugado: A fragmentação da memória de São João Marcos de 1946-1964.** Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020, p. 116.

O presente trabalho procura através da análise historiográfica da documentação, estabelecer paralelos sobre a destruição e submersão da cidade de São João Marcos, através dos lugares de memória em relação a cidade, que em um momento do século XIX, tinha importância relevante para o País, e pouco mais de meio século depois passa a ser esvaziada de significado e de importância para o Estado Brasileiro. Mesmo que por sua relevância como raro exemplo de conjunto arquitetura Neocolonial, tenha sido tombado pelo SPHAN em 19 de maio de 1939, para logo após ser revogada sua proteção pelo presidente Getúlio Vargas em 3 de junho de 1940, com a justificativa de progresso da nação. O objetivo principal desse trabalho é tentar compreender como a memória a partir dos registros documentais, podem revigorar ou estabelecer laços importantes com o passado e a realidade cotidiana da cidade de São João Marcos, e como essa ruptura da destruição da cidade criou lacunas na história dessa população e em sua Identidade, levando em consideração a criação do Parque arqueológico e Ambiental de São João Marcus sua gestão e sua influência na construção da memória.

Palavras chaves: Patrimônio, Cultura, Memória, Identidade e Pertencimento.

ABSTRACT

SOUZA, Pedro Valle. **São João Marcos, subjugated heritage: the fragmentation of the memory of São João Marcos from 1946-1964.** Dissertação de Mestrado. Nova Iguaçu: Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020, p. 116.

The present work searches through the historiographic analysis of documentation, to establish parallels on the destruction and submersion of São João Marcos city, through the places of memory in relation to the city, which in a nineteenth century moment, had relevant importance for the Country, and little more than half a century later it becomes emptied of meaning and importance to the Brazilian State. Although for its relevance of its rare example of Neocolonial architectural set was listed by SPHAN on May 19, 1939, shortly after being revoked his protection by President Getúlio Vargas on June 3, 1940, with the nation's progress justification. The main objective of this work is try to understand how the memory from the documentary records, can reinvigorate or establish important ties with the past and the daily reality of São João Marcos city, and how this city destruction rupture created gaps in the history of this population and its identity, taking into account the creation of the São João Marcus Archaeological and Environmental Park, its management and its influence on the construction of memory.

Keywords: Heritage, Culture, Memory, Identity and Belonging.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1: Maquete de São João Marcos	44
Fotografia 2: Clube Social e Escola (Antiga casa do Capitão Mor)	44
Fotografia 3: Festa de Inauguração do marco comemorativo do Bicentenário em 1939	65
Fotografia 4: Escola de São João Marcos em estilo neocolonial na década de 30	65
Fotografia 5: Prédio da Prefeitura e Câmara antes de 1940	65
Fotografia 6: Teatro Tibiriçá. Observa-se bilheteria ao lado	66
Fotografia 7: Sobrado já em processo de destruição de 1940.....	66
Fotografia 8: Igreja Matriz e o cruzeiro de pedra antes de 1940.....	67
Fotografia 9: Igreja Matriz e estação meteorológica antes de 1940	67
Fotografia 10: Imagem Santo João Marcos do séc. XVII.....	67
Fotografia 11: Detalhe da torre da Matriz de São João Marcos com os azulejos portugueses	67
Fotografia 12: Emprego do abacaxi como símbolo da prosperidade.....	67
Fotografia 13: Armazém na esquina da Rua da Palha final da década de 1930	68
Fotografia 14: Em frente à antiga casa do Capitão Mor Jose de Souza Breves	68
Fotografia 15: Família Monteiro na entrada da Igreja do Rosário.....	69
Fotografia 16: Políticos de S J Marcos em frente a Matriz	69

Fotografia 17: Festejos de Aniversário da cidade, 1935.....	69
Fotografia 18: Encontro da Banda do Clube Prazer das Morenas, 1919.....	70
Fotografia 19: Membros Clube Marcosence	70
Fotografia 20: Estrada que ligava São João Marcos a Fazenda Santo Antônio de Olaria.....	71
Fotografia 21: No caminho para o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.....	74
Fotografia 22: Entrada do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos	75
Fotografia 23: Museu, refeitório e Teatro de Arena do Parque.....	75
Fotografia 24: Maquete réplica do centro Histórico de São João Marcos em 1940	76
Fotografia 25: Pau-ferro e ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos	76
Fotografia 26: Caminho em direção à Praça da Igreja Matriz de São João Marcos	77
Fotografia 27: Visão frontal da praça e das ruínas da Igreja Matriz de São João Marcos.....	77
Fotografia 28: O famoso cavalo branco.....	78
Fotografia 29: <i>Jornal A Manhã</i> , de 7 de novembro de 1941	93
Fotografia 30: <i>Jornal Correio da Manhã</i> , de 4 de janeiro de 1950.....	93
Fotografia 31: <i>Jornal A Manhã</i> , de 28 de março de 1942.....	94
Fotografia 32: <i>Jornal A Manhã</i> , de 24 de junho de 1942	94

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO.....	16
1.1. As Memórias.....	18
1.2. As Identidades.....	22
1.3. O Patrimônio.....	28
CAPÍTULO II – PROBLEMATIZANDO A CIDADE NO ESPAÇO URBANO E INTERIOR.....	32
2.1. Imigração, Memória e Historiografia.....	43
2.2. Problematizando São João Marcos.....	54
2.3. Fotografia do Esquecimento.....	61
CAPÍTULO III – UM VISITANTE DO PASSADO.....	72
3.1. Caminhando pelas Ruínas.....	73
3.2. As Imagens Tomam Posição.....	79
CAPÍTULO IV – TOMBAMENTO OU ‘DESTOMBAMENTO’ DA MEMÓRIA SOCIAL? RECONSTRUINDO A MEMÓRIA.....	84
4.1. <i>Damnatio Memoriae</i> e <i>Redemptio Memoriae</i>	91
4.2. As Cartas Patrimoniais e o Caminho até o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.....	96

CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

A ideia geral desta pesquisa é refletir sobre como ocorreu o processo de tombamento do centro histórico da cidade de São João Marcos e os motivos do cancelamento dessa chancela, bem como de seu parcial afundamento no processo de ampliação da represa de Ribeirão das Lajes. E ainda, o reflexo dessas mudanças e da perda desse patrimônio para a população migrante de São João Marcos e seus arredores.

Poderosa área de produção de café e tráfico de escravos do interior do atual estado do Rio de Janeiro, São João Marcos surgiu quando João Machado Pereira instalou ali sua fazenda, em 1733, período em que os bandeirantes exploravam os caminhos internos entre as capitânicas, bem como abriam novos caminhos, principalmente entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para onde os quintos do ouro¹ eram levados.

Com o crescimento da economia cafeeira e o grande fluxo de mão de obra escrava, a região foi crescendo, o que se refletiu na criação da capela de São João Marcos em 1739, sua promoção à paróquia em 1755 e na construção da Igreja Matriz.² Não demorou para que São João Marcos fosse alçada à categoria de vila em 1811 e de cidade em 1890, com o nome de São João Marcos do Príncipe. Nessa época, São João Marcos e região chegaram a produzir cerca de dois milhões de arrobas de café por ano³.

Parte significativa desse crescimento vinha do poder do Comendador Joaquim José Breves, chamado de “Rei do Café”, pois, em 1860, chegou a produzir em suas fazendas, que ocupavam o território de São João Marcos e das cidades de Pirai e Resende, cerca de 205 mil arrobas de café. Isso quando a produção brasileira era de aproximadamente 14 milhões de arrobas⁴.

Contudo, diante da crise da cultura de café na região fluminense no final do século XIX, dos avanços dos transportes e da abertura de outros caminhos para a capital, São João Marcos vai gradativamente perdendo

¹ INEPAC/Arquivo Central. Processo de tombamento nº 762/90. p. 4.

² Ibidem. p. 5.

³ Ibidem. p. 6.

⁴ Ibidem. p. 7.

importância, junto com seu principal benfeitor, o Comendador Breves, que viu sua fortuna se diluir em dívidas. Assim, a cidade, que no final do século XIX abrigava cerca de 18 mil moradores, chega à década de 1920 com apenas 7.400 habitantes⁵.

É a partir da década de 1930 que o Estado brasileiro passa a se preocupar com a preservação do patrimônio histórico artístico e cultural da nação. Assim, por intermédio da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o centro histórico da cidade de São João Marcos foi tombado em 19 de maio de 1939, ano do bicentenário de sua criação.

Após essa tentativa de preservação da cidade, no ano seguinte, o tombamento foi revogado pelo Decreto nº 2.269, de 3 de junho de 1940, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de ampliação do reservatório de Ribeirão das Lajes, no qual se produzia energia hidrelétrica e por meio do qual abastecia de água parte da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado. Tudo isso na contramão do laudo da SPHAN, que considerava seu centro histórico um raro exemplo da arquitetura colonial em forma intacta.

Demolida e devastada, a cidade foi desocupada de forma rápida e mesmo violenta, sem preocupação com a população que ali vivia, que foi em parte indenizada, noutra simplesmente expulsa. Seus prédios públicos, igrejas e casas foram demolidos, com a justificativa de se facilitar a invasão das águas, mas a cidade nunca foi completamente submersa. Sua Igreja Matriz de São João Marcos, por exemplo, se não tivesse sido demolida, ainda estaria intacta, pois as águas não chegaram a tomá-la⁶.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo central estabelecer contato com a história dos marcossenses em sua relação com a cidade, que abrange os aspectos religioso, político, da terra, as descendências, o vivido, a memória, e a cultura, debatendo com a história oficial sobre a cidade de São João Marcos, difundida pelo governo Getúlio Vargas (1930-1945) e posteriormente pelo Instituto Light. Com isso, compreender o viés político responsável pela ação de destruição da cidade junto com a discussão sobre o

⁵ Ibidem p.8.

⁶ IPHAN/COPEDOC/Arquivo Central. Processo de tombamento 183-T.

Decreto Lei 3.866 de 1941, que versa sobre o destombamento, e suas implicações na questão da imortalidade do patrimônio nacional. Tendo em vista essas características específicas de seus processos de tombamento e destombamento, a cidade de São João Marcos torna-se um exemplar único na história do patrimônio brasileiro a ser estudado.

Paralelo ao objetivo central, dando sustentabilidade à argumentação, buscamos discutir os conceitos de patrimônio cultural, memória afetiva e memória coletiva acerca da população da cidade de São João Marcos e das cidades ao redor; identificar os transtornos e modificações ocorridas pela inundação e demolição e represamento dessas terras; entender o papel ocupado por São João Marcos na colonização desse território e seus arredores e demonstrar, através do desmembramento da documentação da cidade de São João Marcos, como foi imenso o descaso do poder público para com o patrimônio e a história da cidade, sua população e sua identidade.

Além do problema humano e social, houve, no caso de São João Marcos, descaso com a memória, a história e o patrimônio físico e imaterial dos habitantes, que tiveram que migrar da cidade. Assim, este trabalho pretende discutir essas questões e desmistificar algumas teorias a respeito da destruição de São João Marcos. Para tanto, pretendemos analisar principalmente a documentação iconográfica e inventários dos arquivos que foram fragmentados entre as cidades que a cercavam, que não tiveram a preocupação de manter uma unidade e preservar essas memórias.

No presente trabalho, a metodologia a ser aplicada é o método hipotético dedutivo. Com ele, pretendemos analisar a documentação iconográfica e inventários dos arquivos que foram fragmentados entre as cidades que a cercavam, nas quais não houve a preocupação de manter uma unidade e preservação dessas memórias. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico, especialmente atento à monografias especializadas e documentação primária, bem como fotos de época advindas de arquivos pessoais.

A partir das leituras e análises feitas, foi constatada a necessidade de aprofundamento metodológico na construção da hipótese, para melhor adequar os estudos tendo em vista uma visão interdisciplinar. Construir uma

metodologia que tenha como foco a questão patrimonial, buscando nos desvencilhar do lugar da observação e análise histórica. A partir dessas premissas expostas a cima dividimos nossa dissertação em quatro capítulos, seguidos da conclusão.

No primeiro capítulo, pretendemos discutir os conceitos de Memória, Identidade e Patrimônio, dentre outros que se entrelaçam nessa discussão. Assim criando bases para continuidade de nossa análise. Em nosso segundo capítulo, pretendemos problematizar a cidade de São João Marcos, sua mudança de posição e importância para economia fluminense, e ao mesmo tempo, refletir sobre a população migrante, e seus registros fotográficos da cidade, carregados de pertencimento.

Em nosso terceiro capítulo, influenciados por leituras sobre a transformações de espaços carregados de memórias de sofrimento e dor, que no tempo presente foram patrimonializados, propomos uma caminhada pelas ruínas do parque arqueológico e ambiental de São João Marcos, e um discussão com o autor Didi-Huberman, debatendo a utilização desses espaços de memórias dolorosas para determinados grupos. Para encerra em nosso quarto e último capítulo, desenvolvemos uma análise sobre como o poder instituído pelo Estado Brasileiro e a população da extinta São João Marcos enxergavam a memória e a história da cidade. Junto a isso, construímos uma breve linha narrativa comparativa sobre as políticas para o patrimônio no brasil e no mundo, o tombamento e destombamento da cidade e os acontecimentos no espaço da cidade até a criação do parque.

Concluimos, com o entendimento claro sobre os absurdos acontecidos na cidade de São João Marcos, que apesar de sua singularidade e características únicas, no que tange a desvalorização e descaso com patrimônio nacional, torna se corriqueiro em nossa história.

CAPÍTULO I
MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I

MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

Em tempos recentes, o processo de destruição de cidades, seja por ação do homem ou da natureza, costuma aguçar a curiosidade das pessoas, e ainda mais dos pesquisadores, que procuram vestígios de seu período de existência e explicações que justifiquem a aniquilação de toda uma cidade. Um bom exemplo que nos salta aos olhos é o caso da Foz do Dão em Portugal.⁷

Em nossa pesquisa, formulamos algumas hipóteses sobre como esse processo se deu e seus reflexos na sociedade marcossense e arredores. Para isso, utilizamos depoimentos já existentes de ex-moradores e testemunhas, bem como de referências da mídia da época, assim como um aberto diálogo com os autores que já trataram do assunto. Nesse contexto, se faz necessário trabalhar com conceitos como identidade e memória, imigração, desterritorialidade, territorialidade, cidade, urbano, interior, industrialização e patrimônio, divididos, principalmente entre este capítulo e o próximo, tentando dar progressão a nossa análise, e ainda outros mais específicos, como “memória coletiva”, “identidade social”, “lugares de memória”, “tradição” e “Patrimônio cultural”, que, para uma melhor discussão, torna-se necessário esmiuçar; e, ainda, trabalhar com uma abordagem da História Oral e de estudos etnográficos.⁸ Sendo assim, discutindo tais conceitos para desenvolver um árduo debate sobre migração, patrimônio e memória e suas mais recentes abordagens no campo do patrimônio da memória e da História. Desta forma, buscando conceitos que possam nortear nossa discussão sobre a cidade de São João Marcos.

⁷Disponível: <https://www.google.com.br/maps/search/vilarejo+foz+do+d%C3%A3o+portugal/@40.5201593,-8.0995838,11z/data=!3m1!4b1>. Acesso: 15 de Jul. 2018.

⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaina (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

1.1. As Memórias

A concepção de que justamente o tempo é aquele em que as coisas existem depois não existem mais, elas mudam, se modificam e até desaparecem foi uma ideia introduzida por Henri Bergson, em seu livro *Matéria e Memória - Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, nos parece muito pertinente no entendimento sobre memória e sobre as mudanças que ocorrem no espaço e no cotidiano da sociedade. Além disso, para Bergson, já que a substância da existência é o tempo, a memória adquire uma importância extraordinária, pois somos seres muito mais de memória do que do presente, temos muito mais passado do que presente, aquilo que podemos lembrar, aquilo que nos constitui como indivíduos, são coisas subjugadas à memória, à forma que vivemos o presente. Nossas decisões estão intrinsicamente ligadas a memória, pois ela nos auxilia a articular os eventos para entender o presente. Sendo assim, ela é uma espécie de guardião do presente, caso contrário, o entendimento seria muito difícil se as reações fossem instantâneas. Por todas essas relações com a memória é o que nos faz sujeitos, ela é a maior parte de nossa consciência. Assim é o tempo, a temporalidade e a memória que constituem, segundo Bergson, o estofado da realidade humana, esse entendimento é o que dignifica a vida humana.

Esse entendimento, proposto por Bergson, abriu horizontes para um estudo mais elaborado da relação do humano e do vivido, e da influência da memória na formação do indivíduo. Sem ele, boa parte das análises que viriam posteriormente não seriam possíveis. Porém, segundo David Lowenthal, o ponto de vista de Bergson de que a função da memória é conservar todo o passado não compreende na totalidade os atuais entendimentos dos intelectuais que discutem as questões referentes à memória. Para ele, e sendo aqui parte fundamental de nosso trabalho,

a passagem do tempo provoca mudanças qualitativas da memória bem como sua perda. Novas experiências alteram continuamente os esquemas mentais que moldam o que foi previamente lembrado. “Ao longo da nossa vida, reorganizamos nossas lembranças e ideias do passado”,

escrevem Piaget e Inhelder, “conservando mais ou menos o mesmo material, mas adicionando outros elementos” que mudam seu sentido e importância⁹.

Saber que o passado nos envolve a cada momento, a cada entendimento, ao conversar, ao se expor, ao construir uma narrativa, cada ação conserva um conteúdo mesmo que imperceptível a primeira vista, de tempos pretéritos. Afinal, são séculos de “história”, de desenvolvimento, de criação, de culturas e de vestígios e monumentos, que transpassam nossas células, que também, de alguma forma, guardam essa memória, o entendimento de reconhecer o passado e o presente como formas temporais distintas. No entanto, como afirma Lowenthal, certa consciência do passado é comum a todos os seres humanos, com exceção dos bebês, dos senis e dos portadores de lesões cerebrais graves.

É importante dizer que o passado refere muitas vezes tanto ao âmbito histórico quanto ao da memória, seus cenários e experiências antecedem nossas próprias vidas. Sendo assim, quando fazemos uso da leitura, do estudo, da própria função de se prestar a ouvir o outro sobre algo, fazemos com que de alguma forma isso tudo que apreendemos se torne nossa lembrança em alguma instância, parte do “eu”. Assim, nenhuma afirmação sobre o passado pode ser confirmada pelo exame de fatos presumidos. Uma vez que conhecer ocorre apenas no presente epistemológico, tal como coloca Lowenthal, e desse movimento podemos verificar três fontes de conhecimento do passado e que no decorrer de nossa escrita apareceram com frequência: a memória, história e fragmento. A primeira, inevitável e indubitável; a segunda, sempre contingente e empiricamente verificável, e, por último, os fragmentos aqui entendidos como matéria, os feitos pelo homem, por exemplo, artefatos e os naturais vestígios que podem ser classificáveis. Entretanto, é importante salientar que, mesmo partindo de bases de compreensão diferentes, a memória não é menos residual do que a história. Nossa capacidade de entender o passado em seus diversos aspectos e perceber os fragmentos das gerações anteriores mesmo que bem preservados é mínima, sempre serão

⁹ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. In.: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP (17), Nov. 1998. p. 101.

entendidos, diferentes da sua primeira vez, e esse processo de interpretação, como a história das mentalidades já nos provou, será cada vez mais alterada pelo presente e pelas novas formas, culturas, e teorias do tempo presente. Para Lowenthal, a erosão do tempo afeta tristemente o que resta das lembranças. A força do presente está sempre reconstruindo parte do passado. Tal como a história de uma cidade destruída e esvaziada será sempre modificada a cada geração, a perda das fontes primárias (os moradores de São João Marcos) dará ao presente o poder de reescrever sua história, refutar antigos motivos, encontrar causas novas e tornar essas mudanças verdades, como se nunca tivessem havido outras.

Com essa ampliação do conceito e das diversas funções e estágios pelo qual a memória influencia e forma parte do entendimento do ser humano e de como o indivíduo recorre a memória como forma de se compreender o presente em suas diversas esferas, Lowenthal, em sua brilhante análise no artigo *como conhecemos o passado*, propõe que entendamos esse processo e como ele acontece, através das diversas formas com que a memória pode se apresentar.

Segundo o autor, cada tipo de recordação subentende sua própria perspectiva sobre o passado. A memória instrumental não possui envolvimento, seu passado esquematizado aponta simplesmente para o mais importante presente. O devaneio recorda sentimentos específicos e nos incentiva a comparar modos de ser passados com modos de ser presentes. A rememoração total nos joga a contragosto no passado, o presente é oprimido por acontecimentos anteriores tão importantes ou traumáticos que eles são revividos como se praticamente estivessem ainda ocorrendo¹⁰. Entendemos que essas últimas duas partes, o devaneio e a rememoração total, aconteceram e tiveram efeito na população que foi obrigada a deixar suas casas, sua história, seu território. Deixando, assim, sua cultura e seu cotidiano.

Desta forma, passaram por essas maneiras de recordar, invertendo talvez essa ordem proposta por Lowenthal, já que nos dias de hoje,

¹⁰ Ibidem. p. 93.

aproximadamente 80 anos após a destruição final da cidade de São João Marcos através das águas da represa de Ribeirão das Lajes, o processo de recordação que acontece, graças à ação do tempo, à mortalidade e ao envelhecimento extremamente avançado de sua população expulsa, caracteriza-se pela memória instrumental, já esfacelada em sua origem, e reconstruída estável dentro do parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

Assim, diante da necessidade de compreender o fenômeno da demolição, da destruição e da perda do patrimônio de São João Marcos por meio da memória em seus vários níveis e instâncias, nos deparamos com o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, segundo o qual, existe um conjunto de lembranças que são compartilhadas por um grupo que as recupera, mesmo que alguns indivíduos (memória individual) desse grupo tenham essas lembranças fragmentadas, ou não mais as tenham, mantendo-as sempre vívidas.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de pedir que este segundo aspecto seja admitido, pois esse tipo de atitude mental só existe em alguém que faça ou tenha feito parte de um grupo e porque, pelo menos a distância, essa pessoa ainda recebe sua influência (HALBWACHS, 2003, p. 42-43) ¹¹.

Outro autor que muito engrandece esse debate é Pierre Nora, que, quando escreve o *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), aborda o fato de que o compromisso de ruptura com o passado das sociedades modernas se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, criando lugares de memória em que as lembranças podem ser mantidas. Desta forma, ele problematiza a diferença entre história e memória

¹¹ HALBWACHS, Michael. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

e como os historiadores lidam com essa realidade, e nos brinda com a definição desses lugares de memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência à verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13) ¹².

Por meio do entendimento de Pierre Nora, fica claro o problema da fragmentação da memória de São João Marcos, pois sua população perdeu todas as suas referências, sua igreja, seus clubes, os lugares onde aconteciam suas festas tradicionais, e não foi colocado nada em seu lugar, só um vazio que esmagou e esmaga a possibilidade de manter viva as lembranças dos marcossenses em relação à sua cidade.

1.2. As Identidades

Entender o quanto a memória pode e é parte crucial na formação da identidade do indivíduo, como grandes rupturas podem acarretar em traumas irreparáveis para todo um grupo, é deveras significativo no entendimento de nosso trabalho. Assim, para Jacques Le Goff, a relação de memória e identidade, consagrasse nesta interpretação:

que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. É um elemento essencial da identidade, “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. Depto. História da PUC-SP, São Paulo, 1993.

fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469) ¹³.

Para que essa memória não se perca, um conceito também relevante dentro da construção da análise de nosso objeto é o de “identidade social”, de Michael Pollak, que se refere à identidade pela qual o indivíduo se reconhece socialmente, indo de encontro à memória individual de Halbwachs, tratando do “problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias da vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de História Oral” (POLLAK, 1992, p. 1).

Uma das questões que mais se destacam em nosso trabalho é como essa memória sobre a cidade de São João Marcos foi reconstruída, com pouca resistência graças a grande lacuna de tempo onde o silêncio e o vazio reinaram de forma consistente. Outra característica relevante desse processo, que acaba por ressignificar e reconstruir identidades, é uso de material fotográfico para rememorar as lembranças dos marcossenses e seus descendentes em relação ao convívio e à importância de São João Marcos em suas vidas, já que boa parte de suas tradições foram perdidas, não tendo eles conseguindo estabelecer novas tradições ou “tradições inventadas”, tal como descrito por Hobsbawm e Ranger:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, RANGER, 2015, p. 9) ¹⁴.

Ao nosso olhar, o que foi feito na cidade de São João Marcos vai além da substituição de tradições, além da retirada das pessoas do espaço da cidade, além da extinção das comemorações e festejos simbólicos para sociedade marcossense. No caso dessa região, houve um esvaziamento

¹³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

¹⁴ HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

sistêmico, que começou com a virada do Império para República, continuou com a crise do café e manteve-se constante durante a ampliação do reservatório de Ribeirão das Lajes, até que a cidade encontrou seu triste fim em 1940. Houve ainda tentativas de preservar algumas cerimônias, mas nada que pudesse ser chamado de permanência. As “invenções de tradições”, no caso da sociedade marcossense, foram estabelecidas em outros espaços e adaptadas a uma nova sociedade, com novos objetivos e com mentalidades e “tempos” diferentes. Sendo assim, guardando muito pouco ou nada de suas origens e da cidade de São João Marcos.

E são essas rupturas abruptas na história dos antigos habitantes que deixam marcas visíveis no processo de construção da identidade desse grupo, principalmente através do ato de recordar, já que, quanto mais distante do tempo da existência da cidade maior é a possibilidade de que essas memórias sejam alteradas pela ação do tempo, desconstruindo laços e interferindo no processo de construção e afirmação de certas identidades vinculadas ao espaço da cidade inundada. Para Lowenthal, fazendo uso de ideias de Hume, quando de sua reflexão da relação da memória com a identidade:

relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. (LOWENTHAL, 1998, p.83)

Ou seja, “como apenas a memória permite conhecer a (...) sequência de percepções” (LOWENTHAL, 1998, p.83), argumenta Hume, ela “deve ser considerada (...) como a fonte de identidade pessoal”. Assim, Lowenthal segue em seu raciocínio e diz que a perda da memória, por exemplo, destrói a personalidade e priva a vida de significado. Nesse sentido, entender que o apagamento ou esvaziamento das memórias relativas à cidade de São João Marcos, como já foi dito, tem uma interferência direta na formação e nas identidades já existentes ligadas a cidade, seus ritos e sua cultura como um todo.

Essa percepção de que a memória forma a identidade, continua a nos dizer Lowenthal, é relativamente recente, fazendo uso de alguns entendimentos propostos por Peter Berger, no trecho abaixo ele esmiúça seu raciocínio:

as lembranças que nos definem tendem a ser tácitas em vez de explícitas, somáticas em vez de conscientes, involuntárias em vez de deliberadas. Hábitos modernos de autoanálise tornam dúbia a integridade de nosso próprio passado lembrado. E a frequência com que atualizamos e reinterpretamos nossa memória enfraquece a identidade temporal coerente. “O que costuma ser tabu torna-se de *rigueur*, o que costumava ser óbvio torna-se risível” quase da noite para o dia, conclui Peter Berger. “Passamos a vida remodelando nosso calendário de dias santos, erguendo e demolindo novamente os marcos que assinalam nosso progresso através dos tempos, rumo a realizações continuamente redefinidas” (LOWENTHAL, 1998, p.86) ¹⁵.

Para nós, essa reflexão descreve com primazia o ocorrido com a cidade de São João Marcos, esse constante labirinto de memórias reformuladas e reconstruídas dotando o indivíduo cada vez menos capaz de localizar a “memória prima”, ou a primeira referência de como recordou de alguém, de algum lugar ou de alguma coisa. Lembrar-se de São João Marcos é lembrar o Império, do café, da escravidão, características que dão profundidade a história da cidade, uma cidade vinculada a um mundo que não existe mais, a costumes que tendem a ser esquecidos somaticamente, não só por sua população expulsa, mas por toda a sociedade brasileira, que passa por uma imensa transformação civilizatória e modernista vinculada a uma noção de progresso nas primeiras décadas do século XX.

Segundo Stuart Hall, essas velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de

¹⁵ LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o passado. In.: **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC-SP. São Paulo, PUC-SP (17), Nov. 1998.

referência que forneciam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. Ele ainda nos chama atenção para o perigo do impulso de voltar ao passado, mobilizando as pessoas a purificar os outros que ameaçam sua identidade. Uma identidade, segundo ele, que tende a ser engolida pela globalização, um processo na maioria das vezes sem volta.

Nesse momento, consideramos importante destacar o fato de que essa população que vivia, convivia e compartilhava de memórias e características identitárias próprias da região e da cidade de São João Marcos teve que migrar para outros espaços e se submeter a uma nova dinâmica, a construir novamente seu cotidiano, adaptando-se a traços de cultura que talvez não fizessem parte do que tinha como experiência até aquele momento. Porém, para compreender melhor o sentido da migração que fundou a cidade de São João Marcos, e posteriormente suas futuras gerações que são obrigadas a migrar novamente e sabendo que a maioria de seus fundadores tem origem em Portugal (Braga, Coimbra e Açores), precisamos nos amparar em outros autores, como Eloisa Ramos, que define o que é imigrante, como se dá esse processo de transição e contato com outra cultura, mesmo que em uma colônia como o Brasil.

Na perspectiva do imigrante todo o processo de transição e adaptação que o imigrante sofre ao mudar de país, o processo de assimilação da nova realidade e de demandas linguísticas e culturais. Assim, “a imigração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço (...) físico”, o que nos leva a dizer que ser imigrante é, fundamentalmente, ser de outro lugar. É ser percebido como um estrangeiro no país de adoção e, nessa condição, viver provisoriamente nesse país (...). “O imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante nasce nesse dia para a sociedade que assim o designa” (RAMOS. 2010, p. 173) ¹⁶.

Seguindo essa linha, Margarita Barretto afirma que a mobilidade ainda é um privilégio relativo, pois a migração em massa ainda se identifica com sofrimento, angústia e memórias traumáticas. Para Barretto, a migração

¹⁶ RAMOS. Josiane Nogueira; MACHADO. Rodrigo da Fonseca. **A destruição de São João Marcos: o fim de uma história**. Biblioteca Central UBM – Barra Mansa, 2007.

estava ligada ao conceito de permanência no início do século XX, no início do século XXI, está ligada ao conceito de circulação. A migração estava relacionada com o permanente, responsabilidades, trabalho e educação, acompanhada de uma fantasia moderada a respeito do futuro. (BARRETTO, 2009, p.9) ¹⁷.

É importante compreender nesse ponto que a memória e a identidade da população marcossense sofre paralelamente diversos processos de fragmentação e apagamento. O primeiro, a virada do regime de poder do Estado brasileiro do Império, no qual a cidade guardava todo seu status, para a República, na qual a cidade já parecia não pertencer mais ao espaço do poder, perdendo totalmente seu papel de destaque, principalmente devido à crise do café, principal produto da região e motivo do grande poder obtido por seus cidadãos mais ilustres, representados principalmente pelos grandes latifundiários, como a família Breves. Com a nova república fundada e sendo industrializada, São João Marcos e o Vale do Paraíba não participavam ativamente desse processo.

O segundo e mais direto processo foi esse espaço da cidade, sua cultura e tradições não compartilhavam mais a visão do governo Brasileiro e do poder advindo da capital, a cidade do Rio de Janeiro, e o espaço da cidade parecia sofrer um esquecimento e esvaziamento sistêmico, o que facilitou a reutilização do espaço da cidade, a ser transformado ser destruído e transformado em represa. O que São João Marcos um dia representou não valia mais, não tinha mais sentido dentro da lógica implementada pelo governo brasileiro, que, não obstante, sofria influência direta de noções que transbordavam as fronteiras nacionais. Essas identidades, memórias e, por consequência, a cultura local eram engolidas por essas mudanças puxadas pelo processo de globalização, não deixando espaço para que essas identidades conseguissem sobreviver. No que tange a cidade de São João Marcos esse processo foi executado com total êxito, esvaziando as memórias e identidades, destruindo a cidade e junto a isso, destituindo de significado

¹⁷BARRETTO, Margarita. Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica. In.: **Revista de Turismo y Patrimônio cultural**. Vol. 7 N^o1 págs. 1-11. 2009.

seu patrimônio neocolonial, edificado principalmente na região central da cidade.

Outros autores pertinentes a esta análise e que norteiam este trabalho são Karl Mannheim¹⁸, e sua discussão sobre os conceitos de ideologia e utopia, e Fredrik Barth, nos seus ensaios *Los grupos étnicos y sus fronteras*,¹⁹ no qual o autor constrói um excelente trabalho, no exercício de compreender as movimentações dos grupos e suas fronteiras, que alcançam a cultura, a sociedade e suas características e especificidades.

1.3. O Patrimônio

A concepção moderna sobre patrimônio surge em fins do século XVII, mas ela já existia antes sem os mesmos contos semânticos específicos e elaborados pela sociedade moderna. O patrimônio, em sua infinita variedade de interpretações e usos, existe até em sociedades tribais, para demonstrar o quanto variável pode ser essa categoria. Por muito tempo, a categoria do patrimônio confundiu-se com “coleccionismo”, o que, pelo sentido moderno, pode ser interpretado como coleções de objetos móveis e imóveis de um grupo social, cujo efeito é ratificar um domínio subjetivo em oposição ao “outro”, aponta José Reginaldo Gonçalves, o resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio.

Assim, Gonçalves continua ao afirmar que patrimônio é uma categoria individualizada, seja como patrimônio econômico e financeiro, seja como patrimônio cultural, ou ainda como patrimônio genético. Para o autor, de certo modo, o patrimônio constrói, forma as pessoas. Desse modo, a partir dessa leitura, podemos concluir que o patrimônio está diretamente ligado à memória e interfere consideravelmente no processo do indivíduo para formar sua identidade. A memória se apoia em um patrimônio singular para conferir significado e, assim, servir de base, de alicerce, para o desenvolvimento da

¹⁸ MAZUCATO, T. P. S. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim**. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2014, v. 1.

¹⁹ BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

mentalidade individual e coletiva, influenciando no processo de construção identitária.

Para entender o conceito moderno de patrimônio, temos como um de nossos referenciais o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini, que postula uma ampliação do conceito de patrimônio, sempre preocupado com a preservação da cultura das minorias e com ampliação desse campo de análise pautada agora pela contemporaneidade, se posicionando contra a seletividade na escolha dos patrimônios a serem preservados, sempre ligados a um mesmo grupo hegemônico ²⁰.

Canclini propõe uma análise acerca de algumas questões que devem ser trabalhadas. São elas: “o patrimônio cultural e a desigualdade social”; “a construção imaginária do patrimônio nacional”; “os usos do patrimônio”; “os propósitos da preservação” “o patrimônio na era da indústria cultural” e “Critérios estéticos e filosóficos”. Desta forma, esse autor apresenta a seguinte reflexão:

a sociedade não se desenvolve apenas por meio da reprodução incessante do capital cultural hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente pela sua posição subordinada. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período. (CANCLINI,1994, p.100) ²¹.

Outro autor a quem recorreremos para elucidar essas questões referentes ao patrimônio é Odair da Cruz Paiva, que coloca como agregadora das noções de patrimônio (histórico, artístico, turístico, imaterial, genético), o chamado patrimônio cultural, uma elaboração da contemporaneidade, que, para o autor, é a chave para multiplicidade de sentidos do patrimônio. Paiva, ao citar Poulot, entende patrimônio ocupando um lugar entre a história e a memória, evocando sentidos e elaborações pertencentes as duas categorias.

Assim, para a autora Paula Porta:

²⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Cidade. Revista do IPHAN**. N. 23, 1994. PP.91-115.p.100

²¹ Ibidem, p.100.

não bastam a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social e se degrada quando a perde. Reinsere um bem cultural na dinâmica social significa reforçar ou restabelecer essa função (PORTA. 2012, p. 18) ²².

No caso da cidade de São João Marcos e nos eventos que ocorreram em seu espaço até seu fim em meados do ano de 1940 é importante lembrar as modificações pela qual o Brasil passava naquele momento, numa tentativa de desenvolvimentismo e industrialização progressivos, aonde espaços como o centro da cidade do Rio de Janeiro, a capital imperial e agora capital da República, vinham sendo apropriados para novos usos, as edificações de valor histórico e patrimonial sofriam um processo de readaptação para atender e serem ocupadas por novas funções.

Com isso, a historiadora Françoise Choay afirma que, de fato, os edifícios e ruínas guardavam significados que foram sendo tomados como portadores de uma história sobre os povos e as regiões, e que características como destruir e restaurar permeiam a lógica civilizatória há muito tempo. Para ela, de uma forma geral, os arquitetos ignoram a cidade como objeto tomado por inteiro e focam sua atenção em construções de forma específica, o que, em nossa perspectiva, destitui significativamente a cidade, criando fragmentos. Para esclarecer, melhor faremos uso do seguinte entendimento:

O condicionamento sofrido pelo patrimônio urbano histórico tendo em vista o seu consumo cultural, bem como sua disputa pelo mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas, e com elas suas atividades tradicionais e modestamente quotidianas. (CHOAY, 2006, p.241)

Tudo isso passa por um projeto de cultura e de identidade nacional que, no caso de São João Marcos, foi apagado. Fica aqui nossa provocação, uma região que prosperou através do trabalho escravo não cabia mais no imaginário do Brasil Republicano. A construção identitária passa, então, pelo processo de produção de sentido, de “criação imagética”, “entendemos

²² PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Paula Porta. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

construção identitária na concepção de ‘imagem veiculada’, ou “projeção simbólica” (CARVALHO, 2008, p.48) ²³. Desta forma, identidade, cultura, patrimônio e território são elementos formadores dos significados que sustentam os objetos e as ações, através de uma relação mediadora por processos entre cultura e território, como ator e sujeito da relação de visitação, em uma dialética entre concreto e abstrato, material e imaginário, profano e sagrado. O patrimônio traz, assim, em seu estatuto, uma articulação entre o passado, presente e futuro ²⁴.

Na tentativa de estabelecer laços com uma história que foi silenciada, o caso da Cidade de São João Marcos, acabamos por reavivar memórias pessoais referentes ao lugar de pertencimento de nossa própria história, como de muitas outras famílias, mas, para além disso, refutar de alguma forma ou ao menos levantar a discussão, a história oficial, a história “que venceu”, e dar nome aos criadores e fundadores e a história que lá construíram, apagada pelo Governo em nome do progresso.

Essa mudança de lugar, de espaço de vida, de desconfiguração das cidades e migração forçada, cria problemas em diferentes esferas da psique humana. É compreender que quem perde as origens, perde identidade, deixando, assim, de transmitir, espelhar, qualquer ideia de relação e memória. Poucos podem falar sobre si mesmos e sua história. Assim, segundo Choay, é compreender que, no mundo pós-moderno, a relação com o patrimônio histórico cultural passa mais pelos interesses econômicos e financeiros, e não mais por sua relação com a identidade de uma determinada população ou sua relevância histórico-cultural. Para nós, todo esse entendimento compactua fielmente com o acontecido na cidade de São João Marcos, que, com a clara dissociação da cidade e sua região como importantes para economia nacional e seu universo de fundamentação da ordem social e cultural sendo drasticamente inferiorizada, a cidade e seu patrimônio perderam significado e sentido de existir dentro da nova ordem vigente na república brasileira.

²³ CARVALHO, André Luiz Piva de. Construção identitária: projeção simbólica. In.: **IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 28 a 30 de maio de 2008.

²⁴ Ibidem

CAPÍTULO II
PROBLEMATIZANDO A CIDADE NO ESPAÇO URBANO E
INTERIOR

CAPÍTULO II

PROBLEMATIZANDO A CIDADE NO ESPAÇO URBANO E INTERIOR

A economia da monocultura do período colonial legou uma marca indelével em toda região centro-médio-sul fluminense: de um lado, estabeleceu relações econômicas tipicamente agrárias em todo o interior do Estado; de outro, produziu uma polarização com a região metropolitana, que não se resumiu ao impulso dado à indústria na Capital, mas também à fratura de cultura e identidade em que se polarizou definitivamente a produção manufatureira daquela da indústria propriamente dita.

A antiga capital federal, a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX, centralizava quase todo o escoamento da produção cafeeicultora e das demais lavouras do Vale do Paraíba e outras regiões de produção agrícola, isso graças a opulência do porto do Rio de Janeiro, um dos maiores da América naquela época. Essa produção era transportada pelas linhas férreas que conduziam até a capital e ao porto do Rio, de onde partiam para o exterior. Da mesma forma, mas no caminho inverso, os produtos manufaturados produzidos na indústria crescente da capital e bens de consumo vindos do exterior que através do porto do rio e das ferrovias chegavam no interior e nas outras cidades do Brasil.

A cidade do Rio de Janeiro concentrava em si todo esse processo de demandas de produção e importação de bens, o que acabava por submeter o interior a um lugar unicamente de produção de matéria prima, dificultando o desenvolvimento de centros urbanos intermediários no interior, principalmente na região do Vale do Paraíba, que geograficamente localizava-se próximo à capital. O mesmo não pode ser dito da região norte do estado, onde imperava a produção canavieira e que, devido à distância da capital, lentamente esses centros urbanos de serviços e bens se desenvolveriam mais rápido, alavancados por essa agroindústria sucro-alcooleira ao redor da cidade de Campos, desenvolvendo ali o beneficiamento da cana, graças ao distanciamento da Capital.

Desta forma, então, podemos identificar na virada para século XX duas áreas de desenvolvimento industrial no Estado do Rio, a primeira citada acima, no Norte Fluminense, ligado à produção da cana de açúcar e impulsionada pela instalação da estrada de ferro em meados do século XIX, ligando a região à capital. A segunda, pouco desenvolvida, ainda de uma incipiente industrialização, no espaço ao redor dos povoados acerca do vale do Rio Paraíba do Sul, que tentavam cumprir a função de atender aos mercados locais e regionais de produtos manufaturados, financiados pelo capital vindos da produção das lavouras de café, como afirma Floriano José Godinho de Oliveira, descrevendo onde essa industrialização incipiente se instaurou:

a região do médio Paraíba, foi por onde se expandiu a cultura cafeeira e se efetivou a ocupação do planalto fluminense, entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, que entre o final do século XIX e início do XX apresentava algumas atividades industriais importantes para época. A industrialização ali desenvolvida, portanto, estava associada ao desenvolvimento da cafeicultura na região (OLIVEIRA, 2003, p.60).

Essa colocação de Oliveira segue a afirmação de Cardoso de Mello ²⁵, quando da sua explanação sobre as características do processo de industrialização do Brasil, quando ele aponta que o capital industrial brasileiro nasceu do desdobramento do lucro promovido pelas lavouras de café, seja em seu segmento do núcleo produtivo ou de seu segmento urbano vinculado aos processos de importação, serviços financeiros e de transporte. Segundo o autor, foi essa economia cafeeira que propiciou os pré-requisitos básicos para o surgimento do capital industrial no Brasil e principalmente no Estado do Rio, muito concentrado na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse momento, é necessário reforçar que partiu do cultivo do café e da cana de açúcar, como já foi dito antes e endossado por Oliveira, o capital para o início da industrialização no Estado do Rio, da mesma forma que as lavouras esgotaram-se. Com a decadência dos cultivos, essa industrialização do Estado promovida pelo lucro dessas produções, se esvaiu, junto a isso reforçada pela fraca rede de cidades do Estado do Rio, promovendo um

²⁵ MELLO, João M. Cardoso. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998. p.98 – 100

esvaziamento subsequente no interior e uma grande concentração populacional na metrópole. Nesse período que tange a virada do século, toda industrialização no Vale do Paraíba, no interior do Estado do Rio, dependia diretamente dos capitais advindos da produção cafeeira. Com a crise do sistema de produção agrário, essa industrialização foi esvaziada, colocando toda uma região em risco frente as mudanças econômicas que passariam a ser aplicadas, no mundo do capitalismo industrial não havia mais espaço para esse modo de produção existente na região do Vale Fluminense.

Com o declínio do ciclo do café no Vale do Paraíba, a capital viu um de seus principais investidores em sua industrialização ruir, foi necessária a intervenção do poder do Estado, passando ele a ser o provedor do financiamento para o desenvolvimento da indústria no distrito federal, esse investimento será concentrado na cidade do Rio e seus arredores dentro de um plano que previa a circulação de bens através das grandes rodovias em construção e ampliação, tais como a Av. Brasil, parte da BR-040, e posteriormente a Rodovia Presidente Dutra, a primeira ligando o Estado de Minas Gerais à capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, e a segunda uma rodovia moderna ligando a Cidade de São Paulo ao Distrito Federal.

Assim, os caminhos do ouro da estrada real, entre outros traçados existentes dentro do Estado do Rio, são apagados e esquecidos perdendo seus usos, as cidades do Vale Fluminense, que já não contavam mais com apogeu do período imperial, viram seu tempo de viagem à capital reduzido bruscamente, ao mesmo tempo que assistiram impotentes sua rasa industrialização se desmanchar incapaz de resistir a sua proximidade e com as mercadorias vindas de polos como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, passaram a ser “paisagem no caminho” , entre as duas metrópoles.

O caminho pelo qual o Estado resolveu interferir no processo de industrialização junto com os investimentos feitos foi sancionando o Decreto-Lei nº 6000/37, definindo, pela primeira vez, áreas específicas onde seria concedido, através do governo, permissão para a instalação de indústrias, segundo Oliveira, seriam elas, a margem direita da linha ferroviária Central do Brasil, que corta toda a cidade de leste a oeste; ao longo da linha auxiliar, desde o bairro de Del Castilho até o limite noroeste da cidade do Rio de

Janeiro; e a faixa ao longo da Estrada de Ferro Rio Douro (OLIVEIRA, 2003, p.56). Não existia por parte do governo nenhuma medida e nem ação em curso para ocupar o vazio deixado pelo ciclo do café na região do Vale do Paraíba, o que se encontrava era um constante processo migratório rumo a capital em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

Segundo Prado Junior, a mudança do Império para República foi um dos casos mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta, mas a grande transformação política administrativa que operou não se estabilizou, senão depois de muitos anos de lutas e agitações (PRADO, 2012, p.2018). Essas mudanças políticas e administrativas, seguidas de uma nova visão para o Brasil, e o rumo de sua economia industrial, colocaram em risco não só a economia agrária extrativista e conservadora propagada por todo período do império e a base da economia fluminense, tendo seu carro chefe no café do Vale do Paraíba, que não resistiu à crise de 29, como citado por Prado Junior:

o desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova York em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos. Lazard Bros. Ainda lançarão na fogueira mais de 20 milhões de libras para tentar a salvação dos últimos restos do desastre. Mas isso de pouco servirá: os novos preços do café não eram suficientes para fazerem face aos débitos anteriormente contraídos pelos lavradores. A sua ruína era completa. (PRADO. 2012, p. 235)

Sendo assim, todo esse sistema econômico ruiu, não só ele, mas também seu modo de vida, seu cotidiano, sua cultura e identidade como um todo. A cultura e identidade de toda uma sociedade voltada para grande produção agrária, as cidades do vale viram desmoronar todos seu status e suas estruturas do ramo social.

Com as mudanças promovidas na economia do País nas primeiras décadas do século XX, a transição da economia agrária, vinda de consecutivas crises e na atual circunstância dependente do protecionismo do Estado Brasileiro, para uma economia industrial, visando sempre o lucro e a

ampliação de seu parque de produção, tentando legar ao Brasil uma mudança de função de país unicamente produtor de matéria prima para país industrializado capitalista e moderno, essas atribuições tinham reverberação nos diversos aspectos da vida social e da utilização dos espaços, essa mudança na economia enfraquecia o setor agrícola, já fragilizado, e fortalecia o setor de serviços. Com a necessidade da economia moderna de migrar do setor agrícola responsável pela produção primária, a produção de *commodities*, para o setor de serviços em que o foco está no trabalho, na oferta de serviços, no interior do Estado do Rio com o fim do ciclo agrário, acarretará uma migração direcionada para o setor de serviços por plena necessidade do processo em curso na economia do Brasil e do distrito federal. A economia regional, aqui pensada no Vale do Paraíba fluminense, região a qual São João Marcos, objeto deste trabalho, faz parte, passa a se moldar conforme as necessidades da economia industrial e das demandas produtivas do século XX. Isso provoca uma retirada massiva do dinheiro que antes pertencia à agricultura e esse financiamento passa a ser direcionado à indústria.

Com isso, essa mudança do tipo de produção no interior do estado altera visivelmente também a cultura e a identidade de toda uma região, mudanças de pensamento, de mentalidade, principalmente acerca da monocultura, seu modo de fazer e todos os aspectos ligados a ele. O capitalismo reorganizou tudo em prol da indústria do lucro e desse novo modo de fazer. O capitalismo mudou a dieta das pessoas, a alimentação do interior, trouxe produtos industrializados, manufaturados para mesa e cotidiano do interior, como, por exemplo, os biscoitos recheados, hoje para nós uma banalidade, mas foram essas mudanças, entre outras, que alteraram a cultura das cidades do interior, elas não se sustentavam mais, não só as cidades como também suas tradições, e colocadas novas no lugar. Lentamente, as cidades do interior, tal como São João Marcos, foram morrendo. É interessante pensar que a cidade de São João Marcos morreu antes mesmo do alagamento, morreu primeiro pelo esvaziamento, morreu pelo fim de suas tradições, morreu pelo processo migratório, morreu junto com sua cultura,

antes mesmo das paredes ruírem ou serem abraçadas pelas águas da represa de Ribeirão das Lajes.

Essa nova relação imposta pelo capitalismo industrial que passa ser reproduzido no Brasil, no Estado do Rio, passa a concentrar todo o desenvolvimento industrial na cidade do Rio de Janeiro, delegando o interior a um segundo plano, principalmente no Vale do Paraíba, que nunca se organizou com uma estrutura de cidade de médio porte, justamente pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, como já foi dito, restou a esse interior se adaptar para atender as necessidades da metrópole, servindo como cidades de passagem e de setor de serviços, intrinsecamente ligado à metrópole e traçando uma relação de dependência com a cidade industrial, o Rio de Janeiro.

Esse processo esfacela e enfraquece cada vez mais as cidades de pequeno porte do interior, principalmente aquelas ainda ligadas e vinculadas ao modo de produção agrário e colonial. Essas cidades colônias não acompanham esse desenvolvimento, elas perdem sentido dentro dessa nova dinâmica econômico-social, perdem sua identidade, seu espaço dentro da organização do Estado, tornam-se ultrapassadas, não tendo espaço na nova ordem da economia mundial.

Se observarmos, todos esses aspectos das diversas modificações entre a reestruturação produtiva e as diversas mudanças sociais. Desta forma, tendo em vista também a relação com o espaço social, elas influenciam diretamente na má distribuição de renda, tornando as desigualdades cada vez maiores e, por consequência, modificando padrões e formas de consumo. Assim, o modo de vida das pessoas, somado a isso a postura do Estado e suas mudanças, até no modo de investir no social, tendo em vista sempre a aproximação com os interesses da condição de produção, ou melhor, margeando sempre o interesse industrial, sendo sempre útil ao pensamento capitalista em busca de gerar mais lucro, mais capital.

Esse processo de industrialização vai atingir de forma direta as cidades de pequeno porte, dependentes da economia agrária. Para melhor entender as questões que interferem na dinâmica das estruturas, que ligam as cidades metrópoles às cidades regionais e pequenas vinculadas a antigas estruturas,

identificamos a necessidade de adentrar na discussão de categorias como, “cidade”, “urbano”, “territorialidade” e “desterritorialização”. Sendo assim, vamos tecer uma breve discussão para elucidar algumas questões recorrentes nesse trabalho.

É improvável pensar conceitos como “cidade” e “urbano” sem dialogar com o filósofo da Geografia Henri Léfèbvre. Para ele, o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p.159), enquanto a cidade “ é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p.65) ou, ainda, “a projeção da sociedade sobre um local” (2001, p.56). Para Jaime Amorim Araújo, doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, ao refletir sobre as ideias de Léfèbvre;

o urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão – explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática. A cidade vem da história porque a ela cabem os trabalhos espiritual e intelectual (a filosofia e, mais tarde, as ciências) e de organização político – econômica, cultural e militar. A cidade é fruto da primeira cisão da totalidade – entre a *Physis* e o *Logos*, da primeira divisão social do trabalho – entre a cidade e o campo. Desde a cidade-estado grega o urbano existe enquanto potência, germe, porque como nos diz Léfèbvre “desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos (...) ele anunciava sua realidade virtual” (2004, p.115). Ou seja, o conteúdo do urbano é a centralidade.

Essas premissas trazem uma elucidação à construção dessa temática, mas não são totalizantes, a cidade não é mais a *pólis* grega, e o urbano não se restringe mais a ajuntamentos, o que então interfere nesses processos. No século XX, a principal razão alteradora dessas dinâmicas é o capital, na forma de serviços, comércio e da industrialização dos grandes centros e regiões circunvizinhas. O comércio, que em suas origens era mal visto como adjunto ao capitalismo, passa a ocupar as regiões centrais na organização da cidade, então, a cidade política (Igreja e prefeitura) começa a dividir espaço com a cidade do comércio, já que a classe comerciante se torna hegemônica, a praça (expressão de centralidade da cidade) agora é a do mercado.

Essa mudança altera a noção de riqueza, por exemplo, que deixa de ser imobiliária (terras) para ser também mobiliária (dinheiro). Esse processo

evolutivo da economia traz, assim, um grande acúmulo de dinheiro, movimentando setores como comércio internacional e investimentos, por consequência, ampliando e fortalecendo o setor bancário. Tal como já foi dito anteriormente, essas modificações em larga escala em relação ao espaço da cidade interferem gradativamente nas práticas sociais, no “viver urbano”, mesmo que ainda não as dominem, pautada no valor do uso e nos costumes, o que permite com que as festas, as reuniões, a apropriação da rua ou da praça aconteçam de acordo com as possibilidades de emprego de tempo, segundo éticas e estéticas próprias dos grupos sociais.

No entanto, a indústria será a principal culpada pelo esfacelamento da cultura e do cotidiano, tal como vemos no seguinte trecho descrito por James Amorim ao se debruçar sobre as categorias de Léfèbvre sobre os processos de modificação das cidades:

a indústria de início, prescindiu da cidade porque seu foco estava nas fontes de energia e /ou matéria prima localizadas, geralmente, fora das cidades. Progressivamente, a indústria se aproximou das cidades por conta da abundância de mão de obra, capitais e do próprio mercado. Esse simples movimento da indústria em direção a cidade produziu profundas transformações em sua morfologia. Primeiramente, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Léfèbvre identifica como “implosão”, pois, o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois, ocorre a “explosão” da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias). Deste duplo processo (implosão – explosão) uma anticidade foi produzida, negando com extrema potência a cidade política-comercial. Essa anticidade tem como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, sobrepujando-se ao valor de uso e, conseqüentemente, a substituição da obra pelo produto. Tal fundamento esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, aplainando-as a uma condição quantitativa cuja melhor expressão está contida no cotidiano. Por exemplo, as festas outrora ricas de significações se tornaram uma repetição de signos destinados ao consumo. É como se a cidade fosse compelida a se transformar em uma gigantesca empresa (ARAÚJO. 2012, p.136).

O ciclo de inversão do agrário em direção ao urbano, introduzido com o crescimento do comércio agora com as indústrias, acontece de forma massiva. O campo não representa para o urbano nada mais do que o

ultrapassado, os espaços dessas cidades do interior e tudo que remete a eles perde totalmente o significado. Por exemplo, não acontece nas pequenas cidades o que muito se fez na cidade do Rio de Janeiro, onde as indústrias, sejam elas de tecelagem, química ou perfumaria, ocupam os velhos casarões remanescentes do período imperial da capital. No interior, esses casarões, as grandes fazendas, perdem seus usos e não são proclamados novos a eles, o silêncio da incapacidade de uso reina solitário dentro desses espaços outrora tão glamorosos. Assim, a industrialização traz à história uma fase de mundialização, na qual sua principal característica é disseminar a lógica produtiva capitalista, destruindo as particularidades locais em favor de uma homogeneização que torna viável a construção de um mercado em parâmetros globais.

É desta forma que retomamos a discussão em relação ao espaço, à região e o território. Essas novas definições provocam um profundo movimento nas populações dentro do território, principalmente das regiões agrárias do interior para os centros urbanos industrializados, desta forma, contemplando a realidade e dando corpo aos motivos de esvaziamento antes propriamente da destruição da cidade de São João Marcos. Essas demarcações político-administrativas que se alteram valorizando o caráter estrutural da produção do espaço e do característico domínio do território demonstram que o território não é mais mero suporte dos novos empreendimentos, tal como descrito por Oliveira:

na sua produção estão implicados não só fatores produtivos, mas sobretudo, relações sociais que ocorrem na esfera da política, da cultura, da história, das crenças, e que, nos diálogos e embates com aqueles fatores, produzem formas de apropriação e uso do espaço que vão muito além dos muros de distritos ou tecnopólos, atravessando lugares e configurando novas espacialidades para o trabalho, a participação política, a economia. (OLIVEIRA, 2003, p.23)

Assim, esse processo acaba por gerar novas territorialidades vinculadas ao sistema produtivo. Com isso, torna-se mais do que nunca necessária a vinculação da categoria de desterritorialidade.

Assim, a noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja,

desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para reterritorializar em outra parte, desta forma, Gilles Deleuze descreveu em uma entrevista a Rogério Haesbaert, no âmbito da pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização (NUREG).

Segundo Haesbaert, por trás de todo debate teórico, privilegiado nessa discussão entre os autores, está a crescente difusão das questões ligadas ao que vulgarmente se denomina “o fim dos territórios” (BADIE. 1995) ou, mais amplamente, o enfraquecimento da dimensão espacial da vida social. Essas noções ficam bem claras quando expostas pelos próprios autores da seguinte maneira:

o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323).

Com isso, pensar nas mudanças ocorridas no Estado do Rio de Janeiro e em todo Brasil é pensar em território e principalmente em desterritorialidade, diante de toda essa virada da economia nesse novo padrão, novo rumo da produção, nas primeiras décadas do século XX, e suas implicações para todo o restante do País, principalmente, em relação ao interior, sempre nos orientando pelas mudanças ocorridas no Vale do Paraíba Fluminense e sua implicação para São João Marcos, como descrito no trecho abaixo:

o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie, humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK. 1986, p.323).

Apesar dos autores não verem os processos de desterritorialização e reterritorialização de forma separadas, eles descrevem como uma ação interligada a outra. Para nós, de fato, existe uma ligação direta entre as proposições, porém, no caso do esvaziamento ocorrido nas cidades do Vale

do Paraíba fluminense esse processo de desterritorialização aconteceu massivamente em decorrência da guinada na economia do Estado e do Brasil, onde essas regiões perderam sua função e seu prestígio e tiveram que buscar novas significâncias dentro da nova realidade do Estado e de sua economia.

No entanto, nem todos os espaços deixados por ela foram ocupados novamente pela população, alguns, como a cidade de São João Marcos, foram tão esvaziados de seu significado, cotidiano e cultura que se viram massacrados pela mudança, que a luta pela continuidade desse povoamento perdeu a força de luta e foram apagados, como vestígios de uma história que a República não reluta em esquecer. Nesses espaços, a reterritorialização não foi feita e essa região foi tomada pela destruição e pelo abandono, até que chegaram as águas para terminar de enterrar o espaço da cidade. O que restou foram as lembranças vazias e contestáveis da memória cansada de seus poucos moradores e da leitura das fotos, que não trazem a memória da cidade e sim a memória da memória.

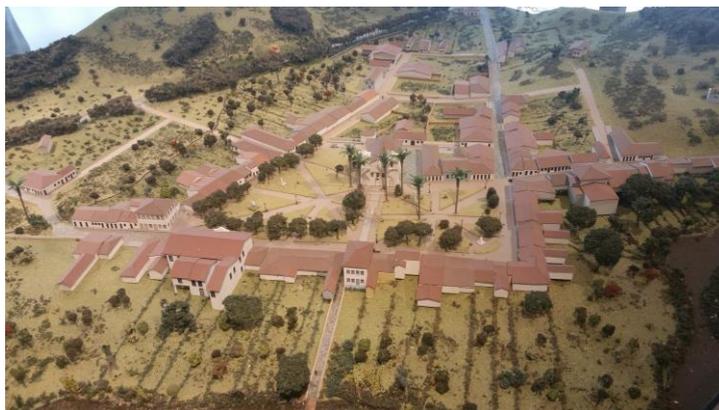
2.1. Imigração, Memória e Historiografia

A reflexão sobre as questões que tangem a cidade de São João Marcos, sua população, suas histórias e, principalmente, seu trágico fim, e de nosso patrimônio, nos induz a questionar, como era essa cidade? Qual era a importância de São João Marcos durante o Império e qual passou a ser sua importância na República? Como entender a importância desse patrimônio perdido na destruição e alagamento da cidade? É preciso ter em vista seus casarões, suas vielas, suas igrejas, seus clubes e o cotidiano de funcionamento da cidade, uma típica cidade colonial brasileira. São João Marcos era, para sua época, extremamente estruturada. Uma boa descrição foi feita por Franciele Aleixo no jornal online *A voz da cidade*:

São João Marcos era uma cidade formada por uma dezena de ruas, três largos e algumas travessas. A área urbana era composta de casas de construção térrea e sobrados neoclássicos e o calçamento feito de pedra de cantaria. Tinha prefeitura, câmara municipal, cadeia, duas escolas públicas,

agência de correios, hospital, duas igrejas (Matriz de São João Marcos e Nossa Senhora do Rosário), dois cemitérios, teatro (São João Marcos, mais tarde também conhecido como Tibiriçá), estação meteorológica, time de futebol (Marcossense F.C.), lojas de comércio e dois clubes (Marquense, frequentado pela elite; e o Prazer das Morenas, mais popular), com suas respectivas bandas de música.²⁶

Fotografia 1: Maquete de São João Marcos em 1940



Fonte: Acervo do Parque arqueológico e Ambiental de São João Marcos – 2018

Fotografia 2: Clube Social e Escola (Antiga casa do Capitão Mor)



Fonte: Arquivo Público de Pirai – RJ.

Tombada em 1939 pela SPHAN, a cidade de São João Marcos continha em seu centro histórico um conjunto arquitetônico neocolonial de

²⁶ ALEIXO, Franciele. Jornal online *A voz da cidade*. Disponível em: <http://avozdacidade.com/2017/11/13>.

rara beleza, tal como visto nas fotos 1 e 2, porém a preocupação do Governo Vargas com o “progresso” fez com que a cidade fosse destruída para dar lugar a uma represa, num processo que aconteceu rapidamente, criando uma ruptura traumática para toda a população que ali se estabelecera.

Somente a reflexão sobre como as políticas expansionistas da economia atropelaram qualquer tentativa de preservação vinda do então órgão responsável, a SPHAN, já justificaria uma análise sobre esse processo, tal como fez, por exemplo, Dilma Andrade de Paula. Desta forma, pretendemos nesse trabalho tomar outra direção, ir além, traçar e analisar, por meio de matérias impressas, a bibliografia sobre a cidade, e entrevistas com os marcossenses ainda vivos e seus descendentes, o impacto disso nas famílias e na vida dessa região ao redor de São João Marcos.

Antes de entrar no debate dos conceitos teóricos que norteiam esse trabalho, faz-se necessário através do texto de Luiz Ascendino Dantas, um dos primeiros a escrever sobre São João Marcos, que propõe uma genealogia sobre os fundadores de São João Marcos. Dito isso, nos propomos a listar seus principais e primeiros moradores dessas terras ao redor da Serra do Mar, onde nasceu a cidade.

Essa história começa com o governador da Capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que informa ao rei de Portugal sobre a conveniência da abertura de uma estrada que, ligando aquelas províncias, evitasse o risco da viagem pelo mar, devido à presença de piratas. Assegurava-se, assim, o transporte dos quintos de ouro. O Rei D. João V, atendendo ao pedido de Pimentel, que enviou como resposta, em 05/11/1728, uma carta ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luiz Vahia de Mendonça, o Onça, na qual ordenava ao governador que fizesse no distrito de sua jurisdição a referida estrada. O governador respondeu-lhe que não só já havia promovido a abertura daquela estrada como, para facilitar a sua construção, ordenou que fossem concedidas várias sesmarias ao longo dela,

com a obrigação de os sesmeiros cultivarem a terra e ajudarem na nova empreitada.²⁷

Em 1737, João Machado Pereira fundava em sua fazenda a Freguesia, tendo como padroeiro São João Marcos. Em seguida, afazendou-se na região sertaneja Antônio de Souza Breves e sua mulher, dedicando-se ao desbravamento das matas, cultivando e formando fazenda, para o que obtivera sesmarias de largas terras (Taunay, 1932; apud Beiler, 2001). A capela dedicada a São João Marcos foi tida por paróquia desde o ano de 1739, e as terras adjacentes que se achavam povoadas se intitularam do nome do referido santo. O tempo foi passando e a população crescendo de tal forma que o príncipe regente a elevara a dignidade de vila, cujo título lhe conferiu dando-lhe o nome de São João do Príncipe (Bopp, 1973). O município era constituído pelas paróquias de São João Marcos e Nossa Senhora da Conceição do Passa Três.

A importância da cidade de São João Marcos para o Brasil no século XIX era irrefutável. Como berço da expansão cafeeira no Vale do Paraíba, São João Marcos abrigou em suas terras os mais poderosos e abastados fazendeiros do País. Entre eles, viveu e emanou seu poder o Comendador Joaquim José Breves, considerado “o Rei do Café” no Brasil Imperial, e suas plantações abasteceram o mercado europeu do século XIX (BEILER, 2001; apud ARAÚJO, 2008; p. 114).

Uma informação que demonstra a importância de São João Marcos é a de que, em sua jornada histórica pelo Vale do Paraíba em agosto de 1822, Dom Pedro I, em seu segundo dia de viagem, se hospedou em São João Marcos, na Fazenda Santo Antônio da Olaria, propriedade do capitão Hilário Gomes Nogueira. No dia seguinte, seguiu percorrendo extensas áreas por terras dos Breves, na companhia do jovem Joaquim Breves (BEILER, 2001; PASIN, 1973; apud ARAÚJO, 2008, p. 115).²⁸

Contudo, com o final do século XIX e diante da crise da cultura de café na região fluminense, dos avanços dos transportes e da abertura de outros

²⁷ DANTAS, Luiz Ascendino. São João Marcos e Rio Claro. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal Subsídio Histórico. Estado do Rio de Janeiro, 1936.p. 2.

²⁸ ARAÚJO, T. B. **Patrimônio cultural e comentários a respeito do episódio ocorrido na cidade de São João Marcos**. 2008. Monografia. Universidade Estácio de Sá, Santa Cruz.

caminhos para a capital, a cidade de São João Marcos perdeu gradativamente importância. Assim, a cidade, que no final do século XIX abrigava cerca de 18 mil moradores, chega à década de 1920 com apenas 7.400 habitantes. Esse número só fez decair, pela falta de oportunidades de trabalho em uma cidade em plena crise de funcionamento, pela falta de interesse público na manutenção das necessidades de reorganização da cidade e principalmente pela existência de outros interesses para utilização do espaço territorial da cidade de São João Marcos.

No ano de 1905, quando a Light iniciou suas obras da usina de fontes em Piraí – RJ, a parte mais baixa da cidade e as maiores propriedades da área rural de São João Marcos seriam inundadas (BEILER, 2001; apud ARAÚJO, 2008, p. 115). Dentre elas a fazenda da Olaria, a qual acolheu Dom Pedro, e cujo solar fora substituído por um novo palácio quando essa propriedade fora adquirida pelo comendador Joaquim Breves. O novo solar fora construído em 1865 por um arquiteto vindo da Itália, e era uma reprodução fiel do palácio de Podestá, na Bréscia; seus assoalhos eram em mosaicos e o piso do saguão de entrada era feito em mármore de Carrara (BEILER, 2001; apud ARAÚJO, 2008, p. 115)²⁹. Mais um exemplo de patrimônio que foi subjugado pelo progresso.

Entretanto, os problemas para a cidade e sua população não paravam por aí, uma série de endemias aconteceram na região no início do século XX, provocando um esvaziamento da cidade e de seus arredores, forçando muitas pessoas a abandonarem suas casas e terras com medo das doenças.

A falta de cuidados sanitários fez proliferar a malária, antes restrita a algumas áreas isoladas da região, como Arrozal.³⁰ A doença espalhou-se e tornou-se uma terrível epidemia, fazendo sucumbir milhares de pessoas nas cercanias da represa, sem alarde. Metade dos 7.000 habitantes da outrora invejável São João Marcos foi contaminada pela peste. Muitas pessoas

²⁹ Ibidem.

³⁰ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Arrozal,+Pira%C3%AD+-RJ,+27175000/@22.5985635,44.0541381,14z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x9ea1641332c38b:0xc9145baeb2d9113a!8m2!3d-22.5985648!4d-44.0366285>. Acesso: 16 de Dez. de 2018.

morreram (770 óbitos registrados em 1910), outras fugiram, abandonando casas e terras (Cabral, 2006; Paula, 1996; *apud* ARAÚJO, 2008. p. 115)³¹.

Compreender o que aconteceu à Cidade de São João Marcos, à população e às famílias que a construíram é parte crucial para entender os traumas e as feridas deixadas nas pessoas. É importante salientar que mais que o patrimônio destruído, as casas foram destruídas, as terras foram tomadas e o vínculo das pessoas com esse espaço de história foi extirpado, memória e pertencimento. É preciso falar desse vazio deixado pela cidade, é preciso entender como isso aconteceu.

O tema abordado parece, em princípio, de grande curiosidade e teor enigmático – a história de uma cidade que foi apagada da História –, mas o que se evidencia ao estudarmos São João Marcos é a escassez de trabalhos acerca do tema. Entre eles, destacamos as pesquisas de Dilma Andrade de Paula, Maria Amália Silva Alves de Oliveira e Luiz Ascendino Dantas, que, em 1936, publicou uma importante obra dedicada aos estudos do povoamento dos Municípios de São João Marcos e Rio Claro, a qual traz como subtítulo “Genealogia da Família Portugal”³². Com abordagens e análises diferentes, os autores escrevem especificamente sobre a cidade de São João Marcos. Seus trabalhos são o ponto de partida desta pesquisa. Os demais estudos encontrados falam, sob diversas perspectivas, da evolução, do desenvolvimento e da relação do turismo no Vale do Paraíba, partindo de diferentes áreas de estudo e refletindo sobre o passado histórico dessa região, onde, nos séculos passados, se vivia o apogeu do cultivo do café, do tráfico e comercialização de escravos sob a tutela do patriarcalismo dos barões da região. Hoje, sua história e memória vivem através do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, que nem de perto traz luz a grandeza da cidade, e da lembrança de seus poucos moradores vivos como senhor “Leleco” de 98, que contribuirá como fonte primária e viva dessa cidade.

³¹ ARAÚJO, T. B. *Idem*.

³² DANTAS, Luiz Ascendino. São João Marcos e Rio Claro. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal Subsídio Histórico. Estado do Rio de Janeiro, 1936.

Com isso, consideramos prudente dividir a discussão historiográfica em duas partes: uma em que se pretende dialogar com os autores que escrevem especificamente sobre São João Marcos; e outra em que se dialoga com o que o conjunto da historiografia recente escreveu sobre o Vale do Paraíba fluminense, que abriga a cidade de São João Marcos.

Em *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)* (1994), Dilma Andrade de Paula conta com detalhes como foi o processo de alagamento da cidade para dar lugar à represa de Ribeirão das Lajes, fazendo uso das abordagens da História Oral e de seus mecanismos, trabalhando com a memória dessas pessoas e seus sentimentos tão perturbados pela grande ruptura de suas realidades, sendo, portanto, uma obra fundamental para esta pesquisa, que tem por objetivo escrever sobre a memória que as pessoas dessa região e da população da extinta cidade de São João Marcos têm sobre a própria cidade. Neste trabalho da autora, ela escreve sobre uma possível reconstrução da cidade:

várias promessas foram feitas, muitos decretos foram assinados com o objetivo de garantir a reconstrução da cidade em outro local o mais próximo possível do antigo território. A questão, no entanto, nunca foi resolvida. Julgamos fundamental, neste caso, trabalhar com depoimentos orais para termos uma dimensão do impacto da decisão do Estado sobre a vida daquela cidade (PAULA, 1994, p.54).³³

Pretendemos, assim, nos orientarmos por essa análise e apresentar essas questões a uma diversidade maior de pessoas, levando-as a refletir sobre um período em que essa esperança de reconstrução já havia se esvaziado. Durante anos, a cidade de São João Marcos havia sido o centro da economia regional e em menos de meio século foi reduzida a escombros sob uma represa – um golpe profundo na vida dessas pessoas, que se refletiria em memórias carregadas de todo tipo de sentimento.³⁴ A noção de memória a que recorreremos é a de Marieta de Moraes Ferreira:

³³ PAULA, Dilma Andrade de. **A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.54.

³⁴ Ibidem.

a memória [...] não deve ser vista apenas como um repositório de dados sobre o passado. Ao contrário, ela é uma força ativa, dinâmica, seletiva, que define o que se deve esquecer e o que se deve lembrar do passado, e é também um instrumento e um objeto de poder. A memória não é neutra e é recuperada sempre em função das demandas do presente. Assim, falar de memória significa ter em mente uma relação que envolve o passado, o presente e o futuro (FERREIRA, 2013, p. 87).

A partir do recorte temporal do trabalho de Paula, determinamos o escopo desta pesquisa como sendo o estudo da memória e dos vestígios dessa população e dos motivos que levaram ao tombamento e destombamento de São João Marcos. Uma inquietação presente em nosso trabalho é a de reconhecer os desdobramentos ao tratar da relação dos migrantes de São João Marcos que tiveram que sair de suas terras e abandonar suas casas do dia para noite, por necessidade do projeto político-econômico do governo brasileiro para aquela região. Sendo assim, definimos como recorte o ano de 1946 até o Golpe Militar em 1964, propondo uma análise dessas memórias num período posterior ao trabalho de Paula e ainda mais longe do fim da cidade, em 1941.

Além dos trabalhos de Paula, os trabalhos referidos por essa autora, *Memórias da cidade: lembranças paulistanas*³⁵ e *Memória e sociedade: lembranças de velhos*³⁶, de Ecléa Bosi, bem como *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público* (1998), de Ulpiano T. Bezerra de Meneses, também se tornaram referências obrigatórias³⁷.

Uma vertente do trabalho, o texto de Luiz Ascendino Dantas, estudo do povoamento dos Municípios de São João Marcos e Rio Claro, a qual traz como subtítulo “Genealogia da Família Portugal”, é a mais antiga de toda a referência bibliográfica utilizada, escrito em 1936. Mesmo sendo um texto confuso e desorganizado, ele traz luz ao nome e ao lugar de onde vieram vários dos primeiros sesmeiros da região de São João Marcos, todos

³⁵ BOSI, Ecléa. *Memórias da cidade: lembranças paulistanas*. In: _____. **O direito à memória**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Departamento de Patrimônio Histórico/Patrimônio Histórico e Cidadania, 1992.

³⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz; UNB, 1987.

³⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

donatários da monarquia portuguesa. Esse texto fornece informações inestimáveis para o andamento de nossa pesquisa.³⁸

Na procura de outros trabalhos sobre o assunto, encontramos o artigo, *Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento* (2010), de Leda Agnes Simões de Melo, cuja preocupação foi analisar o processo de tombamento do centro histórico de São João Marcos pela SPHAN e seu rápido destombamento para outros fins. A autora procura demonstrar por meio do processo de tombamento e seu posterior cancelamento pelo governo Vargas, que, no Brasil, o “progresso” e a política colocam-se à frente da consciência de preservação do patrimônio nacional e do poder que emana dos órgãos protetores, sendo a demanda de produção sempre de maior importância na hora de determinar uma solução. Também nesse viés encontra-se a monografia de Ana Gabriela dos Santos Oliveira, intitulada *Políticas de tombamento de patrimônio histórico: São João Marcos* (2016), que se aproxima do trabalho de Leda Agnes, abordando os interesses públicos e as leis de proteção do patrimônio histórico e cultural do País.³⁹

Ainda seguindo na busca acerca da literatura sobre São João Marcos, encontramos a tese *Turismo e patrimônio: elaborações simbólicas e memoriais no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ)* (2014), de autoria de Maria Amália Silva Alves de Oliveira, que também nos brinda com os artigos *Folia de Reis em São João Marcos (RJ): aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização* (2014) e *Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos* (2014). Partindo de sua tese de doutoramento, Oliveira vai destrinchar diferentes vertentes sobre o processo de destruição da cidade de São João Marcos, seus impactos na sociedade da época e, posteriormente, a ressignificação proposta com a criação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Por meio de uma festa popular, a Folia de Reis, essa autora novamente constata a perda de significado das encenações da folia depois da destruição da cidade e como as populações reagiram negativamente a essa

³⁸ DANTAS, Luiz Ascendino. São João Marcos e Rio Claro. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal Subsídio Histórico. Estado do Rio de Janeiro, 1936.

³⁹ MELO, Leda Agnes Simões. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. In.: **XIV Encontro Regional da ANPUH – RIO: Memória e Patrimônio**. UNIRIO, 2010.

mudança de espaço, que descaracterizou a Folia de Reis que acontecia em São João Marcos e todos os rituais outrora praticados por sua população.

Um último trabalho que destacamos sobre a cidade de São João Marcos é *São João Marcos – patrimônio e progresso* (SERRA, 2011), realizado em parceria entre o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva e lançado no mesmo ano da abertura do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos pelo Instituto Light.⁴⁰ Contemplado recentemente com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, na categoria Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico, o livro busca reestabelecer ligações entre a cidade e sua antiga importância para o Vale do Paraíba fluminense, contando sua história por meio de fotos e alguns depoimentos. Em nenhum momento, o livro propõe discutir a existência de outras hipóteses para a demolição da cidade e seu alagamento, de forma que parece haver um alinhamento com a história oficial que vem sendo contada através dos anos, segundo a qual o único e exclusivo motivo do ocorrido foi o crescimento da capital e o aumento da demanda de produção de energia e de água para a então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, tudo em nome do progresso da nação. Suspeita-se que, submersas nessa “história oficial”, existam outras influências que devem ser levadas em consideração. Apesar disso, não se pode deixar de corroborar o valor dessa obra como tentativa de manter registrada parte da história dessa cidade.

Em relação à região ao redor de São João Marcos, o que se denomina Vale do Paraíba fluminense, alguns estudos de cunho multidisciplinar nos chamaram a atenção, entre eles: *Comida de roça: culinária rural no Vale do Paraíba fluminense* (2010), de Joana Muller de Carvalho; *Famílias em transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872–1920*, de Ana Maria Lugao Rios; *A permanência do coronelismo no Vale do Médio Paraíba: o PSD em Barra do Piraí – 1945 a 1964*, de José Maria Calife; e *Projetos estruturantes em responsabilidade social e ambição estratégica da empresa: caso do Instituto Light*, de Luís Felipe Younes do Amara, bem como *Dispersão urbana no Médio Paraíba fluminense*, de Júlio Claudio da Gama

⁴⁰ SERRA, Mozart Vitor (org.). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Cidade Viva/Instituto Cultural Cidade Viva, 2011.

Bentes. Todos eles, de alguma forma, são relevantes para se entender como a região do Vale do Paraíba fluminense é compreendida por outros autores, principalmente quando se estuda o período entre o ano posterior ao final da Segunda Guerra Mundial (1946) até o Golpe Militar (1964), período sobre o qual esta pesquisa se debruça por meio do estudo das memórias dos marcossenses e da população do entorno sobre sua própria história.⁴¹

O período que compreende o arco temporal do governo Dutra (1946-1951) ao período da presidência de João Goulart (1961-1964) tem sido para a História Regional um período de grande desconhecimento, em especial no que tange ao centro-sul fluminense. Esse período, que engloba os mandatos dos presidentes Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954) e Café Filho (1954-1955), tendo, por extensão, os governos de Carlos Luz (1955) e o de Nereu Ramos (1955-1956), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964), é caracterizado por uma incipiente industrialização, remanescente do período cafeeicultor. Salvo a metalurgia em Barra Mansa e Volta Redonda, com a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o restante da região vive um processo de ostracismo, amenizado com a ampliação da Rodovia Presidente Dutra e a criação da Avenida Brasil, ambas em 1952. Tal como salienta Floriano José Godinho de Oliveira, “no Vale do Paraíba fluminense, a intervenção estatal dominou a dinâmica industrial, restando ao território do Rio de Janeiro apenas a força da siderurgia”.⁴²

No topo das justificativas para elaborar este trabalho, encontra-se a necessidade de contar a história dos marcossenses em sua relação com a cidade, que abrange o religioso, o político, a terra, as descendências, o vivido e, principalmente, a memória, foco deste trabalho. Uma cidade que no período imperial teve importância indiscutível para a monarquia brasileira, com o advento da República foi flagrantemente esquecida, culminando em sua demolição em 1940. De lá, vieram figuras de importância nacional,

⁴¹ BENTES, Júlio Claudio da Gama. **Dispersão urbana no médio paraíba fluminense**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁴² OLIVEIRA, José Floriano Godinho de. **Reestruturação positiva e regionalização da economia no território fluminense**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 63.

Pereira Passos (1836-1913), Ataulfo de Paiva (1867-1955) e Fagundes Varela (1841-1875), são filhos ilustres da cidade de São João Marcos. O engenheiro e político Francisco Pereira Passos (1836-1913) foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906 e promoveu uma grande reforma urbanística na cidade, inspirada em Paris. Já Ataulfo Nápoles de Paiva (1867-1955) foi advogado, magistrado e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), e Luiz Nicolau Fagundes Varela (1841-1875) se notabilizou como um dos maiores expoentes da poesia brasileira na geração romântica; patrono da cadeira nº 11 da ABL.⁴³

Pensar no que foi feito do patrimônio existente em São João Marcos é refletir sobre as cidades, sobre como elas se organizam. O que faz de uma cidade relevante, imprescindível para a nação, porque essa cidade tornou-se descartável para o país na visão da época. Não se tem aqui a pretensão de responder todas essas perguntas, mas de criar essa inquietação própria do processo de pesquisa.

2.2. Problematicando São João Marcos

As questões referentes ao pensar as cidades e o espaço urbano vem no decorrer dos anos tornando-se central aos debates das ciências sociais, sendo em si um debate que abrange diversas áreas do conhecimento, tais como: História, Antropologia, Geografia, Arquitetura, Economia, Artes, Literatura e o próprio Urbanismo, consagrando, assim, a interdisciplinaridade dos estudos sobre as cidades. Tal como proposto na análise de Barbara Freitag em seu livro *Teorias da Cidade*⁴⁴, de 2006. Freitag propõe uma viagem através das diferentes formulações intelectuais para pensar questões que interferem, modificam e ressignificam as cidades.

Ou seja, a autora verifica e analisa as escolas que exerceram maior influência sobre os teóricos da cidade, urbanistas e arquitetos brasileiros, e como essa influência se transformou em práticas educacionais, em projetos

⁴³ Página de Membros da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/membros?title=&field_cadeira_value=11&field_cadeira_posicao_value=0

⁴⁴ FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas (SP): Papyrus, 2006.

de intervenção urbana, em planejamento e realização de cidades novas no Brasil. Uma primeira forte influência foi o urbanista “técnico-reformador” Barão de Haussmann, com suas radicais reformas no centro histórico de Paris, onde foi prefeito, tendo, por exemplo, reflexo nas reformas empreendidas por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, tal como exerceu a maior influência sobre uma geração de urbanistas e arquitetos formados na década de 1930, como Le Corbusier e, especialmente, Lúcio Costa, ao pensar em grandes vias a procura do moderno.

Assim, uma das questões que mais transformou as cidades do século XX foi a demanda acelerada pelo progresso, uma clara herança de uma linha positivista. O problema do progresso, que de uma forma inebriante destrói a cidade, fica visível nas palavras de Michel de Certeau.

Desse modo, Certeau entende que, como algo que um dia foi de alguma forma pensado e mesmo que hoje pareça algo vivo, a própria cidade impõe a si mesma modelos de conhecer e construir o espaço, tendo como base um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e interligadas. O autor vê como parte motriz no desenvolvimento das cidades a ideia de “progresso”, ainda que este seja responsável pela miserabilidade da cidade e tenha muitas vezes uma ligação direta com a produção e o lucro, ele acaba sendo o principal modificador do espaço das cidades. Certeau cita ainda a possibilidade de que as cidades estejam “deteriorando ao longo dos processos que a organizam” (CERTEAU. 1994, p.24).⁴⁵

A história de cidades destruídas, seja por ação do homem ou da natureza, costuma aguçar a curiosidade das pessoas, e ainda mais dos pesquisadores, que procuram vestígios de seu período de existência e explicações que justifiquem a aniquilação de toda uma cidade. Um bom exemplo disso é o caso da Foz do Dão em Portugal.⁴⁶

Como vimos, nesta pesquisa estão desenhadas algumas hipóteses sobre como esse processo se deu e seus reflexos na sociedade marcossense e arredores. Para isso, coletamos depoimentos de ex-moradores e

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Cidade. Revista do IPHAN**. N. 23, 1994. PP.21-31.

⁴⁶ SOLDADO, Camilo. **Foz do Dão, a aldeia que desapareceu há 30 anos volta à superfície**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/08/14/local/noticia/foz-do-dao-a-aldeia-que-desapareceu-ha-30-anos-volta-a-superficie-1782309>. Acesso em: 25/08/2018.

testemunhas, bem como de referências da mídia da época, assim como um aberto diálogo com os autores que já trataram do assunto. Assim, se faz necessário trabalhar com conceitos como identidade e memória, imigração e patrimônio já esboçados anteriormente, e outros mais específicos, como “memória coletiva”, “identidade social”, “lugares de memória”, “tradição” e “Patrimônio cultural”, o que, para uma melhor discussão, torna-se necessário esmiuçar; e, ainda, trabalhar com uma abordagem da História Oral e de estudos etnográficos.⁴⁷

Sendo assim, discutindo tais conceitos, buscamos desenvolver um árduo debate sobre migração, patrimônio e memória e suas mais recentes abordagens no campo do patrimônio da memória e da história. Desta forma, buscando conceitos que possam nortear nossa discussão sobre a cidade de São João Marcos.

Diante da necessidade de compreender os fenômenos da demolição, destruição e perda do patrimônio de São João Marcos por meio da memória em seus vários níveis e instâncias, logo, nos deparamos com o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs, segundo o qual existe um conjunto de lembranças que são compartilhadas por um grupo que as recupera, mesmo que alguns indivíduos (memória individual) desse grupo tenham essas lembranças fragmentadas, ou não mais as tenham, mantendo-as sempre vividas.

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo. Temos o direito de pedir que este segundo aspecto seja admitido, pois esse tipo de atitude mental só existe em alguém que faça ou tenha feito parte de um grupo e porque, pelo menos a distância, essa pessoa ainda recebe sua influência (HALBWACHS, 2003, pp. 42-43).⁴⁸

⁴⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaina (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴⁸ HALBWACHS, Michael. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

Outro autor que enriquece nosso debate é Pierre Nora, que, ao escrever o trabalho *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), aborda o fato de que o compromisso de ruptura com o passado das sociedades modernas se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, criando lugares de memória onde as lembranças podem ser mantidas. Assim, o autor problematiza a diferença entre História e Memória e como os historiadores lidam com essa realidade ao apresentar a seguinte definição desses lugares de memória:

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência à verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, 1993, p. 13).⁴⁹

Por meio do entendimento de Pierre Nora, fica claro o problema da fragmentação da memória de São João Marcos – sua população perdeu todas as suas referências, sua igreja, seus clubes, os lugares onde aconteciam suas festas tradicionais, e não foi colocado nada em seu lugar, só um vazio que esmagou e esmaga a possibilidade de manter vivas as lembranças dos marcossenses em relação à sua cidade. Para Le Goff:

a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. É um elemento essencial da identidade, “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469).⁵⁰

Para que essa memória não se perca, o conceito que melhor se aplica é o de “identidade social”, de Michael Pollak, que se refere à identidade pela

⁴⁹ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In.: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. Depto. História da PUC-SP, São Paulo, 1993.

⁵⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5^o Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

qual o indivíduo se reconhece socialmente, indo de encontro à memória individual de Halbwachs, tratando do “problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias da vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de História Oral” (POLLAK, 1992, p. 1).

Assim, é por meio do diálogo com a História Oral que estabelecemos parte desta pesquisa, na relação com os relatos, nas entrevistas, no uso de material fotográfico, para rememorar as lembranças dos marcossenses e seus descendentes em relação ao convívio e à importância de São João Marcos em suas vidas, já que boa parte de suas tradições foram perdidas, não tendo eles conseguido estabelecer novas tradições ou “tradições inventadas”, tal como descrito por Hobsbawm e Ranger:

por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, RANGER, 2015, p. 9).⁵¹

Outros autores pertinentes a esta análise e que norteiam este trabalho são Karl Mannheim⁵², e sua discussão sobre os conceitos de ideologia e utopia, e Fredrik Barth, nos seus ensaios *Los grupos étnicos y sus fronteras*.⁵³ Estabelecer essas fronteiras, tal como propõe Barth, é parte relevante para compreender, o que foi perder essa “identificação geográfica”. Porém, para compreender melhor o sentido da migração que fundou a cidade de São João Marcus, já que a maioria de seus fundadores tem origem em Portugal (Braga, Coimbra e Açores), precisamos nos amparar em outros autores como Eloisa Ramos, que define o que é imigrante e como se dá esse processo de

⁵¹ HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

⁵² MAZUCATO, T. P. S. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim**. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2014, v. 1.

⁵³ BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

transição e contato com outra cultura mesmo que em uma colônia como o Brasil.

Na perspectiva do imigrante todo o processo de transição e adaptação que o imigrante sofre ao mudar de país, o processo de assimilação da nova realidade e de demandas linguísticas e culturais. Assim, “a imigração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço /.../ físico”, o que nos leva a dizer que ser imigrante é, fundamentalmente, ser de outro lugar. É ser percebido como um estrangeiro no país de adoção e, nessa condição, viver provisoriamente nesse país.... “O imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante nasce nesse dia para a sociedade que assim o designa” (RAMOS.2010, p. 173).⁵⁴

Seguindo essa linha, Margarita Barretto afirma que a mobilidade ainda é um privilégio relativo. Pois a migração em massa ainda se identifica com sofrimento, angústia e memórias traumáticas. Para Barretto, a migração estava ligada ao conceito de permanência no início do século XX, no início do século XXI ela está ligada ao conceito de circulação. A migração estava relacionada com o permanente, com responsabilidades com trabalho e educação, acompanhada de uma fantasia moderada a respeito do futuro. (BARRETTO, 2009, p.9).⁵⁵

Para entender o conceito moderno de patrimônio temos como referência o antropólogo argentino Néstor García Canclini, que apresenta uma ampliação do conceito de patrimônio, sempre preocupado com a preservação da cultura das minorias e com ampliação desse campo de análise pautada agora pela contemporaneidade. O autor argumenta contra a seletividade na escolha dos patrimônios a serem preservados, sempre ligados a um mesmo grupo hegemônico.⁵⁶

Canclini propõe uma análise acerca de algumas questões que devem ser trabalhadas, são elas: “o patrimônio cultural e a desigualdade social”; “a construção imaginária do patrimônio nacional”; “os usos do patrimônio”; “os

⁵⁴ RAMOS. Josiane Nogueira; MACHADO. Rodrigo da Fonseca. **A destruição de São João Marcos: o fim de uma história**. Biblioteca Central UBM – Barra Mansa, 2007.

⁵⁵BARRETTO, Margarita. Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica. In.: **Revista de Turismo y Patrimônio cultural**. Vol. 7 Nº1 págs. 1-11. 2009.

⁵⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Cidade. Revista do IPHAN**. N. 23, 1994. PP.91-115.

propósitos da preservação” “o patrimônio na era da indústria cultural” e “Critérios estéticos e filosóficos”. Desta forma, Canclini nos prima com a seguinte reflexão:

A sociedade não se desenvolve apenas por meio da reprodução incessante do capital cultural hegemônico, nem o lugar das classes populares se explica unicamente pela sua posição subordinada. Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação entre estes setores em cada período.

Em outra leitura, demonstrando a interdisciplinaridade e as diferentes teorias que abrangem essa temática, Odair da Cruz Paiva coloca como agregadora das noções de patrimônio (histórico, artístico, turístico, imaterial, genético), o chamado patrimônio cultural, uma elaboração da contemporaneidade, que, para o autor, é a chave para multiplicidade de sentidos do patrimônio. Ou ainda, na melhor elaboração do artigo, quando cita Poulot, entende-se patrimônio ocupando um lugar entre a história e a memória, evocando sentidos e elaborações pertencentes às duas categorias.

Assim, para a autora Paula Porta:

“...não bastam a restauração, a conservação ou a documentação: um bem cultural é preservado quando tem uma função social e se degrada quando a perde. Reinsere um bem cultural na dinâmica social significa reforçar ou restabelecer essa função.” (PORTA,2012, p. 18) ⁵⁷

Tudo isso passa por um projeto de cultura e de identidade nacional, que, no caso de São João Marcos, foi apagado, uma região que prosperou através do trabalho escravo não cabe no imaginário do Brasil Republicano.

A construção identitária passa, então, pelo processo de produção de sentido, de “criação imagética”, entendemos construção identitária na concepção de “imagem veiculada”, ou “projeção simbólica” (CARVALHO,

⁵⁷ PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Paula Porta. Brasília, DF: IPHAN/ Monumenta, 2012.

2008, p.48)⁵⁸. Desta forma, identidade, cultura, patrimônio, território são elementos formadores dos significados que sustentam os objetos e as ações, através de uma relação mediadora por processos entre cultura e território, como ator e sujeito da relação de visitação, em uma dialética entre concreto e abstrato, material e imaginário, profano e sagrado. O patrimônio traz, assim, em seu estatuto, uma articulação entre o passado, presente e futuro.⁵⁹

Na tentativa de estabelecer laços com uma história que foi silenciada, o caso da Cidade de São João Marcos, acabamos por reavivar memórias referente ao lugar de pertencimento do autor deste trabalho, tal como de muitas outras famílias. Além disso, refutar de alguma forma ou ao menos levantar a discussão, a história oficial, a história “que venceu”, dar nome aos criadores e fundadores e a história que lá construíram, e que foi apagada pelo Governo em nome do progresso.

Outra área que merece nossa atenção é a postura da Instituição Light S.A. nos dias atuais, que, por meio de leis de incentivo à cultura através de seu programa Light cultural, financia inúmeros projetos de proteção da cultura e preservação de espaços patrimonializáveis e de valor histórico. É importante ressaltar que é o instituto Light o responsável por manter o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos nos dias de hoje.

Nesse sentido, a história da criação do reservatório de Lajes se confunde com as histórias da eletrificação e do abastecimento público de água da cidade do Rio de Janeiro, do fim do município de São João Marcos, bem como com a história da própria empresa Rio Light, hoje LIGHT S.A. Esse processo faz parte da dinâmica das economias regionais do Sul Fluminense no pós-guerra.

2.3. Fotografia do Esquecimento

Neste tópico, buscamos compreender como a memória, a partir dos registros fotográficos, pode revigorar ou estabelecer laços importantes com o

⁵⁸ CARVALHO, André Luiz Piva de. Construção identitária: projeção simbólica. In.: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 28 a 30 de maio de 2008.

⁵⁹ Ibidem.

passado e a realidade cotidiana da cidade de São João Marcos. Utilizando metodologias de análise fotográfica em um trabalho historiográfico, compreender e interpretar os registros fotográficos e as representações da cultura de São João Marcos.

Para dar sentido à análise e a utilização dos registros visuais e sua interpretação nos embasamos nos livros *Fotografia & História*, de Boris Kossoy, e *Significado nas Artes Visuais*, de Erwin Panofsky. Esses autores nos fornecem métodos e novas perspectivas para estabelecer um paralelo da dualidade passado/presente nas imagens relativas à cidade de São João Marcos.

No que tange a relação com a fotografia e sua utilização na construção desse trabalho fica explícita a necessidade de inserir a perspectiva de Zita Possamai:

concebida inicialmente como espelho do real, a fotografia foi revestida de um caráter documental, sendo chamada a dar conta das profundas e rápidas transformações pelas quais passavam as grandes cidades. Era comum as administrações municipais contratarem fotógrafos a fim de registrar bairros inteiros que sofreriam reformas urbanas. (POSSAMAI, 2008, p.68)

Assim, a fotografia possibilita entrever a formação destes lugares e suas problemáticas a partir de um olhar que se distancie das imagens homogêneas e lípidas celebradas tanto pela publicidade quanto pela gestão oficial do patrimônio, problematizando questões, sem negar o ponto de vista subjetivo do pesquisador diante destes cenários.

A escolha dos objetos de pesquisa parte, assim, de uma posição metodológica e de um olhar sobre o espaço urbano enquanto produto das relações sociais - tentando superar com isso o olhar técnico sobre o espaço concebido que enfatiza unicamente nuances de estilos arquitetônicos ou as delimitações urbanísticas.

Desta forma, Panofsky (2007) explica que as imagens são parte de uma cultura e, para serem compreendidas, é preciso adentrar essa cultura. A imagem pode expressar não somente uma ideia, mas toda uma concepção de

mundo - as imagens devem ser compreendidas como um documento histórico. Adiante aprofundaremos o debate sobre sua metodologia.

Assim, por meio da história visual de uma sociedade, as fotografias permitem o conhecimento de sua cultura material. Fragmento congelado de realidade, uma fotografia original é por si só um “*objeto-imagem*: um *artefato* no qual se podem detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido” (KOSSOY, 2012, p. 42.). Em relação ao campo do patrimônio, a França foi precursora no uso da fotografia como instrumento de preservação a partir da atuação da *Commission des Monuments Historiques*, que, com o objetivo de mapear e fotografar os monumentos de diversas regiões da França, realizou em 1851 cinco missões heliográficas integradas por fotógrafos da *Société Française de Photographie* (VASQUEZ, 2012, p. 90-91).

No Brasil, sob o comando do então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um amplo trabalho de documentação do que era considerado patrimônio nacional, principalmente, de bens relativos aos séculos XVI, XVII e XVIII, para justificar o seu tombamento. Além da consulta a documentos e da elaboração de levantamentos que contemplassem o histórico dos bens, sua descrição técnica, seu estado de conservação e suas referências bibliográficas, o trabalho era complementado com desenhos e fotografias. O que salienta a importância da utilização da fotografia no entendimento desse trabalho e no que cabe ao patrimônio nacional que deveria ter sido preservado em São João Marcos.

A fotografia entrelaça a história e a memória e constrói diferentes narrativas que podem ou não ser conflitantes, seja pela intencionalidade, seja pelo passar dos anos e a perda da certeza, da lembrança e da recordação, criando um tecido fino e transparente, que pode, por vezes, elucidar questões ou colocar ainda mais em dúvida uma interpretação já existente.

Para Jacques Le Goff a ligação entre memória e fotografia está no cerne dessa questão:

Le Goff considera que o fenômeno da fotografia democratizou a memória, dando-lhe “uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2012, p. 446).

Ou ainda:

que a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. É um elemento essencial da identidade, “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469).

Na tentativa de estabelecer laços com uma história que foi silenciada, o caso da Cidade de São João Marcos, acabamos por reavivar memórias referente ao lugar de pertencimento, além de refutar de alguma forma, ou ao menos levantar a discussão, a história oficial, a história “que venceu”, e através da fotografia mostrar um pouco dessa história não oficial, que foi apagada pelo Governo em nome do progresso.

Assim, fica visível que a Cidade de São João Marcos e todas as tragédias que sua destruição causou, o desastre ambiental, a destruição de memória, o patrimônio de importância nacional, tudo isso constrói um panorama desastroso para história da preservação do patrimônio no Brasil.

A partir da década de 1930 e com a crescente preocupação, o Estado brasileiro passa a zelar pela preservação do patrimônio histórico artístico e cultural da nação, por intermédio da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), abaixo, a foto 3 retrata o tombamento do centro histórico da cidade de São João Marcos, em 19 de maio de 1939, ano do bicentenário de sua criação. Nesse momento a cidade já não contava com seu apogeu populacional, ainda assim, a ocasião foi muito celebrada pela população, o que podemos perceber no traje dos cidadãos.

Fotografia 3: Festa de Inauguração do marco comemorativo do Bicentenário em 1939.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

A cidade e seu centro histórico eram carregados de marcas abertas da recente história colonial brasileira, seus casarões demonstravam a importância e a volúpia de construção de seus antigos donos, grandes senhores de terras. Porém o tempo e o descaso fizeram ruir suas paredes, desfocar sua beleza e esplendor de tempos anteriores.

Fotografia 4: Escola de São João Marcos.

Fotografia 5: Prédio da Prefeitura e Câmara em estilo Neocolonial na década de 30. antes de 1940



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ

Fotografia 6: Teatro Tibiriçá. Observa-se bilheteria ao lado. S/ data.



Fotografia 7: Sobrado já em processo de destruição em 1940



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Ver o brilho da cidade se apagar, ver o Teatro Tibiriçá onde grandes nomes da música e do entretenimento do início do século XX se apresentaram ser comido pelas traças é no mínimo de grande dor para qualquer cidadão que se importe com nossa cultura e nosso patrimônio, imagine então o sentimento das pessoas que tinham nesse espaço suas lembranças retratadas, suas mais doces histórias em dias de alegria. Imaginar que uma igreja bicentenária foi reduzida a pó, suas imagens perdidas ou roubadas nesse processo desocupação do espaço físico da cidade.

Fotografia 8: Igreja Matriz e o cruzeiro de pedra antes de 1940. **Fotografia 9:** Igreja Matriz e estação meteorológica antes de 1940. **Fotografia 10:** Imagem Santo João Marcos do séc. XVII.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Podemos perceber nas imagens como o requinte e detalhes nas construções eram visíveis, mesmo na decadência da cidade, suas marcas de esplendor lutavam por existir.

Fotografia 11: Detalhe da torre da Matriz de São João Marcos com os azulejos portugueses. **Fotografia 12:** Emprego do abacaxi como símbolo da prosperidade. Antiga casa do Capitão Mor Jose de Souza Breves Década de 1930. /



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

As representações das famílias ou de indivíduos junto à cidade não eram raridades, a cidade trazia um ar de tradição, como a foto familiar ao pé da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que servia como demonstração de fé, mas também de poder. Tal como o encontro entre o passado, o presente e o futuro da locomoção de pessoas, feito José Rodrigo Octavio, entre o jegue e

o carro, ou como os políticos da cidade, sendo fotografados posando a porta da Igreja Matriz de São João Marcos:

Fotografia 13: Armazém na esquina da Rua da Palha final da década de 1930.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Fotografia 14: Em frente à antiga casa do Capitão Mor Jose de Souza Breves. Com José Rodrigo Octavio na década de 1930.

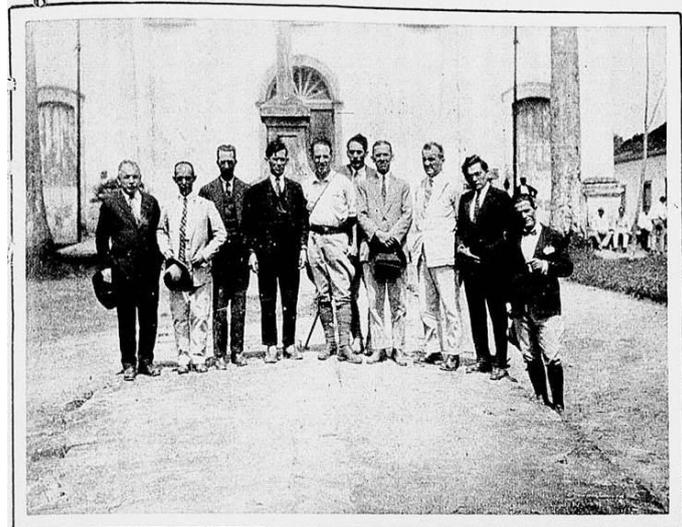


Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ

Fotografia 15: Família Monteiro **Fotografia 16:** Políticos de S J Marcos em frente a Matriz, de na entrada da igreja do Rosário Década 1930. meados de 30.



1-Joel, 2- Janir, 3- Jandir, 4- Jurema, 5- Geraldo, 6- Juracy
7- Josina, 8- Jandira e 9- Jacira



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Uma cidade viva, que tentava a todo custo festejar com seus moradores a sua existência, mesmo sofrendo do abandono.

Fotografia 17: Festejos de Aniversário da cidade, 1935.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Fotografia 18: Encontro da Banda do Clube Prazer das Morenas, 1919.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Fotografia 19: Membros Clube Marcoseense



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

As fotos anteriores retratam a cidade em momentos diferentes, onde suas atividades de festejo podem ser evidenciadas, com uma clara participação da população local. Nas bandas da cidade, que movimentavam

os clubes, nas comemorações cívicas, trazendo à tona a relação de pertencimento e os sentimentos afetivos ligados ao espaço da cidade.

Em seu período auge, São João Marcos era o centro econômico da região, todos os caminhos levavam até lá, as principais fazendas de café da região se interligavam a cidade.

Fotografia 20: Estrada que ligava São João Marcos a Fazenda Santo Antônio de Olaria.



Fonte: Acervo do Parque arqueológico e Ambiental de São João Marcos – 2018.

Compreender a mudança da relação de poder existente no século XIX, a era dos Barões do Café, para o século XX, com a necessidade do progresso advindo de uma conotação de modernidade é transpassar pela história da Cidade de São João Marcos. Entender o que foi feito da história dessa população, que sofre com uma imensa desestruturação do vínculo com a cidade, com seu pertencimento, discutindo com a legislação do patrimônio no Brasil, junto com as medidas do poder público para reparar esse dano causado a essa população marcossense, é parte contínua deste trabalho.

CAPÍTULO III
UM VISITANTE DO PASSADO

CAPÍTULO III

UM VISITANTE DO PASSADO

Com o decorrer da pesquisa, visitar o parque arqueológico e ambiental de São João Marcos se tornou um programa quase quinzenal em nosso cotidiano de pesquisa. Andar pelas ruínas, conversar com os funcionários, a cada dia uma impressão nova, mas sempre o mesmo sentimento de procura de significados e “por quês?”. Foram muitas tardes andando pelas ruínas do centro da cidade e arredores.

A primeira constatação é o fato de que não existe nem demarcação ou vestígio do centro da cidade, a parte tombada em 1939, em seu primeiro tombamento, a parte “branca” da cidade, sobre a igreja de Nossa Senhora do Rosário. Parece que também não houve uma preocupação dos responsáveis em procurá-la. A segunda impressão foi a ausência da devida recepção no parque.

Muitos eventos são realizados no local, mas poucos que se relacionem realmente com o patrimônio ali preservado ou com a questão da educação patrimonial. Assim, nas vezes em que fomos com alunos, em dias de eventos no parque ou nas visitas sem marcação prévia, dias normais em que o parque está aberto, não encontramos ninguém, apenas duas moças que se revezam na lojinha de produtos e na lanchonete do parque.

No entanto, como nossa visita se tornou frequente, seguíamos sempre nosso caminho em direção às ruínas, tentando explorar para enxergar a cidade que hoje, destruída, soterrada e inundada, vive plena em suas fotografias no passado.

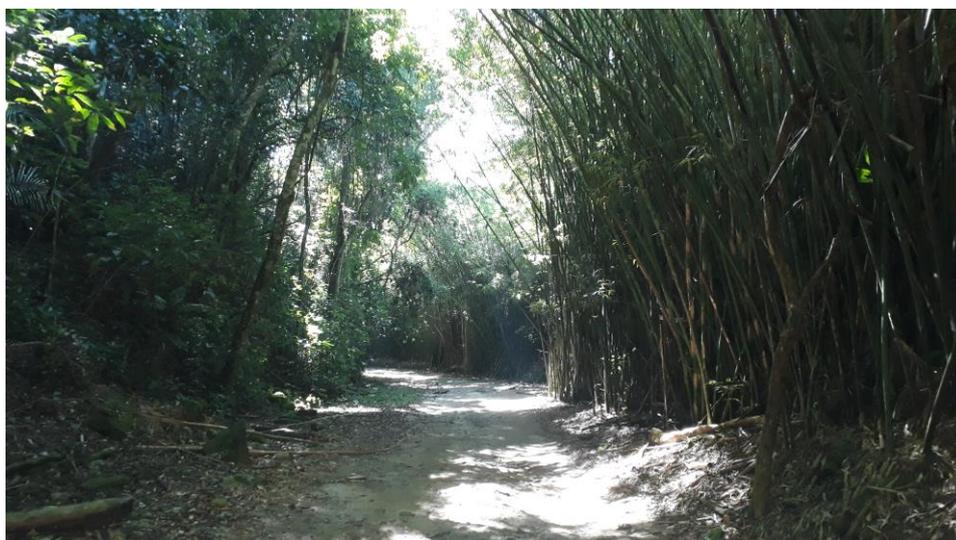
3.1. Caminhando pelas Ruínas

Dentre as muitas idas a São João Marcos, podemos dizer que a visita de 30 de novembro de 2019 foi diferente. Fomos com a proposta de nos despir de quaisquer opiniões e simplesmente passear, como um visitante que contempla aquele espaço pela primeira vez. O objetivo era fotografar nossas

impressões, criar novas memórias e tentar desconstruir algumas, mesmo sabendo da dificuldade de afastar o papel de historiador e pesquisador.

Ir a São João Marcos, caminhar até seu centro histórico demolido, requer tempo e um grau de contemplação do que está ao redor, no coração da Serra do Mar, e claro, reflorestado pela Light, em um de seus projetos de reajuste com sua própria história. É andar por um trecho da Estrada Real, entre o verde e os vestígios de civilização que permanecem como coadjuvantes da paisagem, a mata briga com a estrada por seu espaço, os bambuzais avançam como se protegessem o que sobrou ou soubessem do que o homem é capaz em busca de progresso.

Fotografia 21: No caminho para o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Ao entrar no parque, vemos logo à esquerda, a estrutura construída pelo Instituto Light Cultural, onde fica o museu, a lanchonete e um pequeno teatro de arena onde costumam acontecer eventos. Normalmente, essa é a primeira parada dos visitantes, onde, se agendado com antecedência, os visitantes são recepcionados por alguém do parque, que mostra as dependências e leva todos até o pequeno museu, onde são expostas algumas peças encontradas na escavação arqueológica e algumas doadas por ex-moradores. Porém, o que chama mais atenção é a maquete no saguão de entrada do museu, que, segundo o parque, reproduz a cidade de São João

Marcos em 1940. Nas visitas, também percebemos que é o item que mais desperta a curiosidade das pessoas e prende o olhar, como se tentassem ver a cidade antes de passear pelas ruínas.

Fotografia 22: Entrada do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Fotografia 23: Museu, refeitório e Teatro de Arena do Parque



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Fotografia 24: Maquete réplica do centro Histórico de São João Marcos em 1940



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Depois das primeiras informações na parte informativa do parque, começamos a andar pelas ruínas e perceber que o verde parece querer esconder as ruínas de novo. Chama nossa atenção, por exemplo, as belas árvores nativas replantadas anos antes e que trazem beleza ainda maior ao cenário, como o pau-ferro, que cresce e se destaca em busca de sol, dividindo a atenção dos visitantes, entre ele e as ruínas que o cercam, como podemos ver nas fotos abaixo.

Fotografia 25: Pau-ferro e ruínas do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Ao chegar no local onde seria a praça da Igreja da Matriz de São João Marcos, é que o visitante consegue ter ao menos uma ínfima dimensão de onde e quais eram esses patrimônios demolidos e como eles se posicionavam no espaço da cidade, é possível ler em placas informativas, algumas informações relevantes sobre as construções que ali existiam. Sem

dúvida, o que mais se destaca é o arco da Igreja Matriz, que foi remontado através da técnica de anastilose, na frente da Igreja, no que seria o espaço da praça, existe um grande gramado onde frequentemente os visitantes deitam e fazem alguns lanches, os famosos piqueniques no parque. A vista ali é realmente muito agradável, mas, sem o devido acompanhamento, as ruínas acabam por ser apenas pano de fundo para uma tarde de sol no parque.

Fotografia 26: Caminho em direção à Praça da Igreja Matriz de São João Marcos



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Fotografia 27: Visão frontal da praça e das ruínas da Igreja Matriz de São João Marcos



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

Ao continuar nossa caminhada em direção a casa do Capitão-Mor, que depois se tornou a escola da cidade de São João Marcos, nos confrontamos com uma das figuras mais presentes de todas as vezes que estivemos no parque, o fadado “cavalo branco”.

Existem diversas anedotas sobre o porquê da existência do animal no parque, diga-se de passagem, na foto 27 (abaixo) vemos apenas um, mas visitas recentes demonstram que o cavalo tem feito sucesso e agora são dois animais a pastar nas ruínas da cidade destruída.

Das diversas explicações que escutamos para justificar a existência dos animais no local, para nós, a que se destaca é de que, devido a mentalidade das políticas brasileiras de turismo predatório, o cavalo esteja ali só para tentar construir uma aura mais celestial, que a imagem da região sozinha já incita.

Fotografia 28: O famoso cavalo branco



Fonte: Acervo Pessoal (Foto de 20/11/2019)

De toda forma, para nós, ir a São João Marcos é sempre visitar o passado olhando para o presente, mesmo que isso traga à tona sentimentos que construímos ao analisar o que foi feito da cidade e como sua história é tratada de forma aparentemente mais suavizada pela proposta do parque, como uma forma de redenção depois de décadas de total silêncio. Retratar lugares, espaços, ligados ao sentimento de dor e angústia sempre é

problemático, um bom exemplo disso é pensado e sentido por Didi-Huberman em sua obra *Cascas*.

3.2. As Imagens Tomam Posição

Na tentativa de estabelecer um grau de coerência com nossa teoria sobre São João Marcos e o que, na visão de Didi-Huberman, foi feito nos campos de extermínio. Para Didi-Huberman:

uma imensa falta de respeito e consideração pela história, e pela representação de quem viveu nesses lugares. Transformar o lugar onde milhões de pessoas morreram num lugar onde qualquer um circula, tira fotografias, em suma, um museu ao ar livre, me parecia de extremo mau gosto, uma espécie de Disneylândia do sofrimento, imagino que manter espaços como esses fechados também não seja uma solução correta, em muitos casos, o que falta é sensibilidade ao tratar da história do outro, em entender os sentidos.⁶⁰

No caso de São João Marcos existem similaridades e reflexões que podem ser apropriadas ao nosso trabalho. No entanto, é importante frisar que não pretendemos fazer aqui comparações entre tragédias, muito menos equiparar acontecimentos que são responsáveis por memórias traumáticas em diferentes indivíduos.

Através do livro *Cascas*, de autoria de Didi-Huberman, pretendemos estabelecer uma reflexão sobre a utilização e mercantilização de espaços traumáticos, compreendendo as diferentes intensidades de cada evento traumático e seus diferentes impactos e relevâncias. Nesse sentido, nossa experiência de adentrar o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e os sentimentos e percepções através do vivido, as experiências e percepções de Didi-Huberman.

Para isso, primeiro, é necessário estabelecer o entendimento sobre o sentido para o homem tal como descrito nas palavras de Jörn Rüsen:

Sentido é um produto do espírito humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado

⁶⁰LEVY, Tatiana Salem. *Auschwitz e Cascas de Georges Didi-Huberman*. Disponível em: <https://mosqueteirasliterarias.comunidades.net/auschwitz-e-cascas-de-georges-didi-huberman>

viabilizador da vida. Sentido se refere, de um lado, á sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência, como entrelaçamento do espírito humano com o mundo em que se encontra; de um lado, o sentido integra essa experiência do mundo no horizonte da determinação intelectual do agir e do sofrimento humanos. No íntimo do homem, sentido é critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quando decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade. Sentido torna possível a orientação. Ele situa a vida humana no horizonte das interpretações; torna o homem e o mundo compreensíveis; possui uma função explicativa; forma a subjetividade humana no construto coerente de um “eu” (pessoa e social); torna o sofrimento suportável e fomenta o agir pelas intenções. Enfim, o sentido torna possível a comunicação como processo do entendimento intra-humano. (RÜSEN, 2015, P.42)

Entender esse sentido na construção e elaboração dos espaços do centro histórico de São João Marcos, transformado em Parque arqueológico e que, na prática, funciona como parque para piquenique e ensaios fotográficos de casamento, como entender também a construção e elaboração dos campos de extermínio nazistas de Auschwitz-Birkenau, deslumbrados em museus interativos, que se utilizam das fotografias tiradas pelos *solderkomander*, com um alto grau de insensibilidade, mas propondo uma visão, criando em ambos os lugares o que Benjamin se refere quando diz em suas teses que “todo documento de cultura é também documento de barbárie”, em seus escritos sobre o conceito de História.

Todos esses processos de construção anacrônicos propõem uma determinada lembrança, uma memória secular, uma forma de se estabelecer e instituir uma visão sobre os acontecimentos e sua gravidade para a História da humanidade. Compreendemos que agem sobre esse processo diversas forças, existem claramente formas diferentes de se encarar a violência e de expô-la às pessoas. Harun Farocki, na construção da sua produção de artes visuais, se propôs a debater o quanto a sociedade está preparada ou o quanto de violência produzida no mundo pelo próprio homem, a sociedade está disposta a encarar, a absorver, sem precisar virar os olhos e ignorar essa nossa realidade tão transversa.

Assim, para entender a comparação que estamos propondo, é preciso dizer que o autor Georges Didi-Huberman, na obra *Écorces* (em português,

Cascas), nos apresenta sua experiência de rastros, utilizando as reflexões de Walter Benjamin e sua interpretação do dilaceramento nos campos de Auschwitz-Birkenau. Desta forma, constrói uma narrativa de ruínas do horror através das palavras e de imagens fotográficas.

Uma análise que se constitui dentro da narrativa da pesquisa histórica, porém, que sobressalta para recordação dolorosa da história familiar e, sendo assim, refletindo uma autobiografia. Na visão de Didi-Huberman, preferir esquecer é apenas não preferir guardar assim para cumprir uma nova fase de enfrentamento desse horror que foi o Holocausto, confrontar o vazio e a dor criados, para ir além de seu trabalho em *Imagens apesar de tudo*, onde o autor trabalha com as fotografias tiradas pelos *Sonderkommando*, sob as árvores de Auschwitz-Birkenau, descascar para ver o inimaginável.

Já que para saber é preciso representar, conceber. “Devemos tentar imaginar o que foi o inferno de Auschwitz, no verão de 1944”, devemos ler nas cascas o que elas não falam de imediato, entender seus vestígios. “Sob as árvores de Auschwitz-Birkenau, o olhar arqueológico torna evidente o horror pulsante que o museu institucionaliza como História”.⁶¹

As formas de entendimento da cultura e de sua representação, das tentativas de recriar tradições ou estabelecer novas, nunca terão aceitação clara, mesmo que impostas, tal como Didi-Huberman nos orienta a procurar além da superfície, que enxerguemos os vestígios nas “cascas”, as inquietações. Tudo isso pode ser observado em nosso objeto, pois, de forma direta ou indireta, o parque acaba por romantizar a destruição da cidade, pois se o visitante não se der ao trabalho de se imaginar sendo expulso da própria casa, nunca vai chegar nem perto de compreender o que foi feito ali há quase 80 anos.

Como será que um sobrevivente ao Holocausto nazista ao entrar em Auschwitz, hoje transformado em museu se sentiria? Não sabemos, só quem passou por esses estigmas da vida podem responder essa pergunta. No entanto, nossa impressão ao visitar o parque de São João Marcos é a dessa falta de sentido, desse vazio, e lendo o texto *Cascas*, de Didi-Huberman,

⁶¹ Didi-Huberman, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 99.

sobre sua visita a Auschwitz, que o autor sentiu essa mesma repulsa ou ao menos uma coceira incômoda de como as coisas foram feitas e expostas nesse espaço que representa uma dor crônica para uma população, e de notar que os dois espaços, Auschwitz e a extinta cidade de São João Marcos, datem da década de 40 do século XX.

Entender esse esvaziamento de sentimento, de sentidos, é uma missão de grandes proporções que não poderia nunca caber apenas nesse capítulo, mas se faz evidente a diferença da alegria em branco e preto, da qual o cotidiano dessa cidade com regularidade apreciava, e a “beleza oca”, produzida pelo parque nos dias de hoje. Foi fabricado a partir dos escombros recolocados em seus lugares por uma técnica de restauração chamada anastilose, um aparato institucional de produção de cultura, o quanto esse espaço atual representa a história e a memória dos seus antigos moradores não sabemos ao certo, o que podemos dizer é que nossa impressão é de um vazio, um oco, que reverbera em silêncio, causando uma tristeza amarga.

Além disso, é preciso ver além do que está retratado, é necessário refletir tal como Didi-Huberman, “para saber é preciso tomar posição” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 2). Assim:

a intencionalidade de um texto – este gesto de escrever com o propósito de ser lido de uma certa maneira – traz implicações decisivas relacionadas à posição ideológica, intelectual ou afetiva de seus autores, e também relativas a inúmeros outros aspectos. (BARROS, 2019, p.40)

Escrever, muitas vezes, é um ato de protesto. Tal como Didi-Huberman, quando nos fala do galpão do campo de Auschwitz, que foi transformado em estande comercial: vende guias, vídeos, livros com depoimentos, obras pedagógicas sobre o sistema concentracionário nazista, vende até uma revista em quadrinhos – Auschwitz como lager, lugar de barbárie, sem dúvida foi transformado em lugar de cultura, Auschwitz “museu de Estado”. A questão toda está em saber de que gênero de cultura esse lugar de barbárie tornou-se o espaço público exemplar (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 105). De uma forma geral, George Didi-Huberman, ao desqualificar as apropriações simplificadas e meramente ilustrativas da imagem, mostrando

que a história das imagens é uma história de objetos psicológicos e sintomaticamente complexos. Para nós, ele exemplifica bem a figura de um novo tipo de historiador que começa a ter espaço, e mesmo a ser exigido, pelo contexto da complexidade.

A realidade de ver as fontes, os tão sagrados documentos históricos, que a cada dia se abrangem mais e a necessidade de lidar com aproximações e com uma ideia de interdisciplinaridade. Esse novo apêndice da historiografia se faz cada vez mais necessário para alcançar novos olhares sobre nossos objetos de estudo, em nossa análise sobre a cidade de São João Marcos, as ideias de observação e ação propostas por Didi-Huberman, parecem extremamente sedutoras, pois colocam luz sobre um novo viés metodológico e incitam uma reinterpretação das fotos, no caso de São João Marcos, nos vestígios fotográficos de como era a cidade e de como são os usos desse espaço nos dias de hoje.

CAPÍTULO IV
TOMBAMENTO OU 'DESTOMBAMENTO' DA MEMÓRIA
SOCIAL? RECONSTRUINDO A MEMÓRIA

CAPÍTULO IV

TOMBAMENTO OU ‘DESTOMBAMENTO’ DA MEMÓRIA SOCIAL? RECONSTRUINDO A MEMÓRIA

O patrimônio e sua defesa nunca foram tão populares mundo afora quanto nos últimos anos, a ampliação de conceitos e a diversificação dos patrimônios, junto a isso a representatividade a que eles se conjugam. No que se refere a ação do Estado, suas políticas estão na maioria das vezes atreladas ao início do século XX.

No Brasil, sua história se inicia na segunda década do século XX, através de disputas nos movimentos intelectuais, passando pelo pioneirismo de alguns estados, até chegar a nível federal encabeçado pelo proeminente Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Andrade soube extrair o possível do ideal modernista (o anteprojeto de Mario de Andrade), aproveitando ideias de projetos anteriores, tecendo o que se tornaria o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, uma exceção extraordinária na legislação brasileira, considerando o turbilhão de mudanças políticas e constitucionais que o Brasil viveu no século XX. Esse Decreto-Lei de 1937 fundou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional) e regia a política federal sobre o patrimônio.

Com o objetivo de estabelecer um breve resumo do desenvolvimento das políticas para o patrimônio no Brasil, nos sentimos confortáveis para rememorar que o anteprojeto de criação do SPHAN foi elaborado por Mario de Andrade, escritor e poeta modernista, após viajar pelo interior do Brasil, principalmente pelo nordeste e as cidades coloniais de Minas Gerais. Esse projeto foi discutido, alterado e revisado por Rodrigo de Melo Franco Andrade, que viria a ser o primeiro diretor do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sendo fruto de encomenda específica feita por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde do presidente Getúlio Vargas, em pleno início do chamado “Estado Novo”.

Esse novo órgão ficaria vinculado a seu ministério, segundo Mariza Veloso, Gustavo Capanema teria sido o primeiro personagem público a

sugerir a formalização das ideias e propostas referentes a preservação dos monumentos históricos e artísticos nacionais em nível da esfera federal e sob a forma de lei. Segundo Veloso, a preocupação de Capanema orientava-se para formulação de uma lei federal que desse conta da totalidade do acervo histórico e artístico da nação. É importante destacar que nesse momento estamos tratando do patrimônio edificado em sua maioria e não existe citação direta ainda ao que chamamos de patrimônio imaterial. Assim, Maria Cecilia Londres Fonseca vai afirmar:

a criação do Sphan, 1936, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 1930. (FONSECA, 2017, p.84)

Nesse sentido, segundo a autora, a compreensão do contexto cultural, a sua crescente efervescência acerca das questões do patrimônio histórico e artístico nacional, está diretamente ligado ao surgimento do movimento cultural mais influente no Brasil do início do século XX, o modernismo. Isso se torna evidente com a participação direta de Mario de Andrade, como principal redator do texto do anteprojeto do Sphan. Porém, segundo a autora, existiam outros intelectuais interessados no destino do patrimônio brasileiro, alguns ligados ao movimento neocolonial como Ricardo Severo (FONSECA, 2017, p.98).

Assim, as primeiras demonstrações de ações em relação ao patrimônio que partiram do poder público, atendendo ao chamado da discussão da intelectualidade da época, foram em nível estadual, os precursores foram a Inspetorias de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928), ainda na década de 1920.

Em âmbito federal, esse movimento vai começar a florescer dentro dos museus nacionais, onde o debate vai se aprofundar e ganhar cada vez mais força, até o ato de proteção referente a elevação de Ouro Preto a categoria de monumento nacional pelo decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Houve diversas tentativas partindo de intelectuais e deputados da época de criar um órgão gestor do patrimônio nacional, mas estes sempre esbarravam na mesma questão complicadora, nas prerrogativas do direito de propriedade,

asseguradas pela constituição e pela legislação do período, o que interferiu inclusive no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, levado a frente por Rodrigo M. F. de Andrade e que fundaria a legislação federal referente ao patrimônio no Brasil.

Com a criação do Sphan em 1936 e o Decreto-Lei nº25, as bases para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional estavam fundadas. Segundo Fonseca, as atividades desenvolvidas no âmbito do Sphan dentro do MES (ministério da educação e saúde) gozavam de uma autonomia criativa e a parte da cartilha cívica propagada pelo regime de Vargas e através do MES, como descrito abaixo:

a cultura produzida pelo Sphan sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os instrumentos de persuasão ideológicas do Estado Novo; esses conteúdos eram mais compatíveis com a vertente ufanista modernista. Durante o Estado Novo, o Sphan funcionou efetivamente como espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista. (FONSECA, 2017, p.102)

A partir dessa liberdade de formulação e de objetivos que existiam na instituição, como afirma Mariza Veloso, esse grupo fundador da academia Sphan, sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, será o responsável pela elaboração de um conjunto de representações, as quais procurarão dar caráter de universalidade, buscando, para tanto, desenvolver estratégias de legitimação, quer por meio da elaboração cada vez mais complexas e sofisticadas, da formação discursiva, quer por meio de um ordenamento e de um conjunto de procedimentos, destacando-se o mais importante o tombamento (SANTOS, 2018, p.147).

Esse instrumento de ordenação jurídica, o tombamento, que incide como efeito direto e imediato a limitação da propriedade privada, passa a ser o principal meio legal do Estado tutelar seu patrimônio, tendo em vista a preservação e proteção da história e memória nacional, será através desse instrumento que ocorrerá a primeira tentativa de preservar o centro neocolonial da cidade de São João Marcos. No entanto, por motivos apresentados anteriormente, mesmo com a aplicação desse instrumento legal, criou-se um outro instrumento de autoridade presidencial que tornou

possível revogar tal proteção, criando de forma grosseira um antídoto ao mecanismo de proteção, o destombamento.

Para que possamos entender como todo esse processo de tombamento, preservação, destombamento incidiram na história da política para patrimônio no Brasil, e principalmente na história e memória da cidade de São João Marcos, precisamos refletir sobre aplicação desses conceitos e como eles se confundem ou se assemelham na prática, mas se diferenciam na semiótica e semântica de sua origem.

Antes de tudo, é importante salientar que, segundo Sonia Rabello nos demonstra, a legislação federal sobre o patrimônio se origina com o Decreto-lei 25/37 e é modificada em 1941 pelo Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro, que dispõe sobre o cancelamento do tombamento pelo presidente da República. Esse fato foi influenciado pela necessidade, segundo as justificativas do governo federal, de destombar o centro histórico da cidade de São João Marcos para ampliação do reservatório de Ribeirão das Lajes. Além disso, em 1975, a Lei 6.292 institui a necessidade de aprovação ministerial no procedimento de tombamento. A professora Sonia Rabello ainda nos coloca a questão da reduzida quantidade de material para uma profunda análise e jurisprudência dos aspectos jurídicos do instituto do tombamento e de sua aplicação.

Na Constituição Federal de 1988, ao dispor especificamente sobre o patrimônio cultural brasileiro, considera-o como sendo de natureza material e imaterial, que sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, individualmente ou em conjunto, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, de fazer e viver, as criações científicas, artísticas, etnológicas; as obras, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos. A Constituição estabelece, ainda, que a proteção ao patrimônio cultural brasileiro se dará na forma de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, sob a égide do poder público em colaboração com a comunidade.

Assim, precisamos entender que preservação e tombamento diferem em relação a seu efeito jurídico, apesar de parecerem sinônimos. A preservação é um conceito genérico, existem várias formas e possibilidades legais de preservar algo. Por exemplo, ações de fomento, que por consequência acabam por preservar memórias de grupos ou até da nação. Essas ações podem ser desenvolvidas através de diversos mecanismos e encadeadas de formas diferentes por diferentes leis.

O decreto-lei 25/37 é apenas o mais famoso, mas não é o único, temos leis específicas para a questão ambiental ou para sítios arqueológicos e pré-históricos, como a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, que difere do tombamento, por exemplo, por interferir na integridade do bem. Existem legislações sobre preservação referente a obras de arte, legislação de caráter relacionado à preservação urbanística, somente aplicável a imóveis urbanos, e assim, cada uma dessas formas de preservar vai incidir de maneiras diferentes daquela referente ao tombamento.

Na constituição de 1988, destaca-se o Art. 216 que coloca implicitamente como se deve compreender e aplicar as questões referentes ao patrimônio nacional. Segundo Sonia Rabello, esse artigo corresponde quase em sua íntegra ao art. 180 e seu parágrafo único da constituição Federal de 1967, alterado pela Emenda Constitucional 1, de 1969 – EC/69 (RABELLO, 2009, p.23). Desta forma, a autora nos apresenta o tombamento da seguinte maneira:

o ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles, moveis ou imóveis. Como a coisa é apropriável, objeto do direito de propriedade, são importantes para a análise de fonte constitucional todos os dispositivos da carta Magna que, direta ou indiretamente, se refiram a propriedade e às suas limitações em função do interesse público. (RABELLO, 2009, p. 24).

Essa decisão em âmbito federal cabe ao conselho Consultivo do Patrimônio, isso não quer dizer que outros órgãos não interfiram nesse processo, já que cada dia mais técnicos e especialistas de diferentes áreas do conhecimento são chamados a pensar a questão do patrimônio em toda sua diversidade de entendimentos, a ideia de preservar vem se tornando cada vez

mais complexa, obrigando o Estado a dialogar com a sociedade mesmo que a decisão final tenha que partir do poder público.

Nesse sentido, é função do Estado esse entendimento jurídico, pois de forma geral, mesmo que o tombamento interfira diretamente na questão da propriedade privada, o Estado como responsável pela tutela da lei deve colocar o bem coletivo, tal como compreendido na constituição, a frente do interesse individual, a partir do reconhecimento do valor histórico, artístico ou cultural do objeto patrimonializável. Nesse momento, os valores culturais se sobrepõem aos valores econômicos, assim, o objeto adquire representatividade e valor social.

No entanto, essa lógica algumas vezes pode ser subvertida como no caso da cidade de São João Marcos, em que os valores culturais e sociais são relativizados em detrimento do progresso, já que o Decreto-lei de 25/37 previu o processo administrativo pelo qual cabe ao órgão do Executivo avaliar quais os bens que merecem proteção federal. Nesse momento, a questão do patrimônio cai na eterna disputa política e na categoria da hegemonia, da história pensada e contada pelos que estão no poder e seu projeto de memória da nação onde se determina o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. Não obstante, motivado pela necessidade de destombar um bem já patrimonializado, homologa-se o Decreto-lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, dispondo sobre o tombamento de bens no serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional:

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere p art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados aos Municípios ou a pessoa naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com Decreto-lei nº25 de 30 de novembro DE 1937.⁶²

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1941.
120º da Independência e 53º da República.

⁶² Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.1941.

A partir desse decreto-lei que versa sobre o destombamento, cria-se uma grande interrogação na questão do patrimônio, o que era para ser herança, preservado em sua integralidade, para lembrar, referendar memórias, passa a correr risco de extinção. Se, de alguma forma, o poder instituído concluir que a existência de determinado patrimônio não cabe mais no imaginário proposto pelo Estado Brasileiro, esse espaço, essa memória, é condenado ao esquecimento, ao esvaziamento, até seu total fim, tal como aconteceu com a cidade de São João Marcos. Não sendo aqui levada em consideração a importância desse espaço, no caso de São João Marcos, o espaço da cidade e das pessoas que lá viviam e foram expulsas, sua história, sua cultura é apagada como se fosse maldita aos olhos do Estado e de seu projeto e seus interesses.

4.1. *Damnatio Memoriae & Redemptio Memoriae*

O que acontece quando o Estado Brasileiro ratifica um documento que flexibiliza a preservação do patrimônio nacional, o que acontece quando essa proteção não tem mais a certeza de sua imortalidade na memória, em que um dos princípios básicos da lógica preservacionista, que seria referendar esse objeto como símbolo, marco da memória dentro da imagética nacional, carregado de significado e identidade social para um grupo, seja esse grupo regional ou nacional, não existe mais? Como compreender essa política dúbia, onde o Estado detentor da autoridade jurídica e administrativa no que tange ao patrimônio, em que o mesmo sujeito de direito, nesse caso o maior deles, o Estado Brasileiro, de um lado pensa e preserva o patrimônio nacional pautando sua importância para formação dos sujeitos sociais, em um entendimento desses objetos patrimonializados como alicerces da identidade nacional, e de repente tudo isso pode ser desfeito por uma “canetada presidencial”, por que esse objeto perdeu seu significado? Ele não tem mais valor para história e memória nacional? O que mudou para que esse patrimônio perca interesse aos olhos do Estado Brasileiro?

Foi isso que aconteceu à cidade de São João Marcos, foi condenada pelo Estado Brasileiro ao limbo, junto com população, sua história, cultura e identidade. O Estado Brasileiro condenou São João Marcos ao que poderíamos chamar *damnatio memoriae* (na tradução, “danação da memória”), isto é, uma condenação da memória. Mesmo que isto significasse uma ruptura traumática com um grupo considerável de indivíduos, com suas vidas, sua história ligada ao cotidiano da cidade, com suas festas e celebrações. Mesmo que eles tentassem resistir, lutar por seu espaço, sua história, suas lembranças, onde sua memória já confunde o real com o retrato, aonde essas lembranças irão se tornar memórias das memórias.

A luta desse grupo de indivíduos que viveram e conviveram na cidade de São João Marcos existirá, mesmo que sem apoio e força política para ser ouvido pelo governo federal. Tentativas de preservar ou proteger a memória da cidade e de sua gente existiram. Ou seja, uma *redemptio memoriae* (na tradução, “redenção da memória”), o que significaria um *resgate da memória*, promovido pelo Estado Brasileiro.

Essa luta pela valorização da memória da Cidade de São João Marcos não foi uma luta fácil, já que o Estado, além de autorizar a destruição da cidade, não cumpriu com suas promessas de reconstrução da igreja matriz e da cidade em uma região próxima da original, como podemos ver no jornal *A Manhã*, na edição de 7 de novembro de 1941. Posteriormente, aproximadamente 10 anos após o destombamento e a inundação da cidade, a população ainda esperava e lutava para que as promessas feitas pelo poder público de reconstrução da cidade fossem cumpridas, o que não aconteceu como podemos ler no jornal *Correio da Manhã*, de 4 de janeiro de 1950, na matéria abaixo:



A cidade de São João Marcos vai realizar uma rara aventura na história das cidades brasileiras. Vai mudar-se, depois de mais de dois séculos de acidentada vida, de curso relativamente longo de tempo durante o qual e por alguns anos a sua proximidade da lusitana Corte imperial deu-lhe períodos de lustre e opulência, depois desaparecidos irremissivelmente com o colapso definitivo da lavoura cafeeira no Estado do Rio.

A velha e decadente localidade tem, entretanto, um destino muito mais risonho do que muitas outras cidades florescentes, que foram ou estão sendo varridas da carta geográfica do Brasil. E estas, apesar dos progressos realizados pela lavoura, pela pecuária e pela indústria, estão espalhadas no norte, no centro e no sul do território nacional.

São João Marcos vai ser inundada pela elevação da barragem do Ribedão das Lages, mas surgirá de novo, com a sua mesma gente; os seus hábitos, os seus mesmos anseios de prosperidade bem perto do lugar que a água e as exigências do progresso lhe não arrebatam.

Para este fim, o governo fluminense nomeou uma comissão especial para resolver o assunto e entregou a direção dos seus trabalhos a um filho de São João Marcos, o acadêmico e ministro Ataúlfo de Paiva.

Este já conseguiu, por doações e outros oferecimentos, uma grande área de terras fértil para centralizar o novo município que vai surgir. E ao governo estadual fica a tarefa de levantamento e organização da cidade, que certamente não poderá ser a mesma, porque será provida de todos os requisitos de uma cidade moderna.

MATRIZ DE SÃO JOÃO MARCOS



Antiga matriz de S. João Marcos, construída em 1790, hoje reduzida a escombros

A data de 28 de dezembro foi verdadeiramente histórica para a renascente cidade de São João Marcos localizada no sítio das matas da Fazenda do Rubião. E razão justa houve para isso, porque a visita realizada ali por D. André José Coimbra, bispo diocesano de Barra do Piraí, representou um poderoso incentivo para o revigoramento religioso daquele nobre e ativo povo que luta e lutará sempre até ver concretizado o seu grande sonho — a reestruturação completa da velha e lendária cidade de São João Marcos.

Ao chegar, foi o bispo recebido por uma comissão de marcosenses, além de um grupo de senhoritas. De passagem pela sede da cidade das "Bogélias", o prelado recebeu os cumprimentos do prefeito municipal, dos vereadores do município, organizações religiosas e demais autoridades, inclusive grande número de pessoas gradas e o povo em geral.

Vistosa sua exa. revm. a matriz de Nossa Senhora da Guia, templo antigo, pertencente ao Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, o Hospital Regional de Mangaratiba, onde foi recepcionado pelas piedosas Irmãs Vicentinas, e pelos funcionários daquele modelar nosocomônio, demonstrando sua exa. revm. a melhor impressão de tudo quanto viu e observou.

Após ligeira refeição, D. André José Coimbra, acompanhado dos padres de sua comitiva, do prefeito, dos vereadores e de outras autoridades, seguiu para a ressureta cidade de São João Marcos, onde o aguardavam centenas de filhos da terra de Pereira Passos, recebendo nessa ocasião, significativa homenagem que chegou até as lágrimas.

Depois de visitar a igreja e abençoar o povo, o bispo seguiu para a escola pública estadual, onde se realizou uma sessão cívico-religiosa, durante a qual falaram o vereador Ruy Loureiro, sobre a história de São João Marcos, o tabelião Osvaldo de Assunção Rêgo Filho, sobre a necessidade e a aspiração do povo marcosense, o vereador Eduardo Bertino de Vasconcelos, em nome da Câmara Municipal de Mangaratiba e o Deputado Maxcyr de Paula Lobo congratulando-se com a população local.

Encerrando a solenidade, d. André José Coimbra proferiu bela e bela peça oratória, vusada dentro dos preceitos da fé e do civismo, com a qual prometeu tudo fazer para o reerguimento espiritual da população daquele ameno recanto fluminense. Logo depois com as mesmas formalidades, regressou s. emeia. revm. a Mangaratiba, onde pernottou, seguindo no dia seguinte para a sede do Bispado em Barra do Piraí. Ao seu embarque compareceram entidades religiosas e o povo.

* * *

Estão marcados para o vindouro mês de março, grandes festejos que serão realizados, durante a entronização da Imagem de São João Marcos, no seu novo e definitivo templo. Comparecerão a essa festa, além do bispo diocesano, parlamentares e congregações religiosas, milhares de marcosenses que acompanharão a pé, da Vargem ao Rubião, a imagem do santo bispo e mártir — São João Marcos. (Do correspondente em São João Marcos).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca Digital

Com o destombamento, essa população viu sua cidade sumir do mapa impotente frente às forças políticas da época. Nesse meio tempo, ainda teve de lutar contra endemias, como a malária.

Ao contrário de outros estudos sobre a região que colocam a epidemia de malária apenas na década de 1920, encontramos em publicações jornalísticas do ano de 1942 notícias da existência de um número

63 *Jornal A Manhã*, de 7 de novembro de 1941, p.1.

64 *Jornal Correio da Manhã*, de 4 de janeiro de 1950, p. 12.

considerável de casos de malária na região ao redor da cidade de São João Marcos, atingindo principalmente a população que vivia no entorno e ainda guardava vínculo com a cidade, sendo afastada agora não só pelo poder público e sua desapropriação do espaço da cidade, e pelo medo das águas, mas também pelas doenças que, segundo os moradores, vinham trazidas pela variação do reservatório de Ribeirão das Lajes, como vemos nos recortes abaixo;

Fotografia 31: *Jornal A Manhã*, de 28 de março de 1942. **Fotografia 32:** *Jornal A Manhã*, de 24 de junho de 1942.

Estado do Rio
Uma notícia falsa

RIO CLARO, 28 (Do correspondente) — Um dos matutinos do Rio publicou uma reclamação feita em sua redação por uma comissão de moradores do distrito de São João Marcos, sobre uma epidemia que ali está grassando, em virtude da elevação da barragem do Ribeirão das Lajes. Até certo ponto, a informação é verdadeira. O que, porém, não corresponde absolutamente à realidade dos fatos, foram certas insinuações feitas pela referida comissão, tais como a falta de interesse dos poderes públicos pela sorte da população de São João Marcos, bem como a acusação de que o prefeito do município de Rio Claro, ao qual pertence aquele distrito, o dr. Oscar Bulcão Viana, não mora no município. Esta insinuação é absolutamente falsa. O prefeito reside na se-

65

Estado do Rio
Notícias de Rio Claro

RIO CLARO, 23 (Do correspondente) — Esteve hoje em Rio Claro, o sr. Abel Vargas, chefe do Serviço Nacional de Malária, afim de verificar, pessoalmente, as proporções do surto epidêmico malarigêno neste município. Pela administração municipal foi informado que vários casos foram constatados no distrito de São João Marcos, a alguns quilômetros da vila de Passa Três, e a 6 quilômetros da cidade de Rio Claro, à margem da nova estrada de rodagem em construção.

O sr. Abel Vargas prometeu mandar sanitaristas para inspecionar as habitações e estudar as causas do mal e, também, guardas para prestarem assistência aos doentes.

66

Fonte: Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca Digital

É importante notar que a primeira matéria é do mês março e a segunda de três meses depois, em junho. A resposta do poder público ainda não havia chegado, o que encontramos são novas promessas dessa vez, nas palavras do engenheiro Abel Vargas, funcionário da Light AS, gestora do reservatório de Ribeirão das Lajes e empresa responsável pela inundação e demolição de São João Marcos.

⁶⁵ *Jornal A Manhã*, de 28 de março de 1942, p.1.

⁶⁶ *Jornal A Manhã*, de 24 de junho de 1942. p.1.

Não houve no caso da cidade de São João Marcos e de sua população qualquer vestígio de que essa situação seria resolvida a posteriori. Até onde podemos apurar, a Light, sob autorização do governo federal, dificultou o quanto pode a permanência e a volta de ex-moradores da cidade à região circunvizinha à São João Marcos, já que o espaço da cidade em si estava sob tutela do Estado e cedido a Light AS, como área de inundação da represa.

Essas pessoas insistiam em voltar, por que não desistir? Por que não se adaptar e reconstruir suas vidas em outros lugares? O que estava em discussão ali não era só a cidade onde viveram boa parte de suas vidas e sim o que ela trazia à memória, as festas, seu cotidiano, seus espaços. A memória da cidade carregava muito mais que apenas algumas lembranças, ela era sinônimo de identidade, de pertencimento, de acolhimento, de grupo, são locais onde a memória se aviva. Assim, podemos entender quando Aleida Assmann descreve essas “memórias de locais”, que gozam de um mundo de informação e de história da vida dos indivíduos:

quem fala de “memória dos locais” serve-se de uma formulação que é tão confortável quanto sugestiva. A expressão é confortável porque deixa em aberto tratar-se ou de um *genetivus objectivus*, uma memória que se recorda dos locais, ou de um *genetivus subjectivus*, isto é, uma memória que está por si só situada nos locais. E a expressão é sugestiva porque aponta para possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos. A força sugestiva dessa opacidade é um bom ponto de partida para investigar a seguir o que a “memória dos locais” guarda em si. (ASSMANN, 2011, p. 317)

Entender a força que essas memórias ligadas a esses locais, em nosso caso a cidade de São João Marcos, produz e os efeitos de seu completo apagamento com o passar dos anos possibilita um grau maior de compreensão do completo abandono que a região da cidade de São João Marcos viveu, principalmente no período do corte temporal proposto nesse trabalho entre os anos de 1945 até 1964.

A quase inexistência de matérias ou referências a essa região nesse período é muito perceptível aos olhos do pesquisador, salvo algumas matérias jornalísticas, normalmente ligadas a causas religiosas ou a

notificação de falecimentos. Essa região viveu seu total silenciamento e as poucas vozes que ainda resistiam com o passar dos anos foram cada vez mais enfraquecendo, sejam tomadas pela idade, que não permitia mais o fervor da luta, seja pela escolha de alguma forma para reconstruírem suas vidas e tornarem-se cúmplices da política que colocou a cidade de São João Marcos no lugar de danação da memória da nação.

4.2. As Cartas Patrimoniais e o Caminho até o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos

Interessa-nos ponderar uma lógica dúbia no pensamento de conservação/preservação. Uma vez que não se pense qualquer alternância de acontecimentos justificáveis, a cidade fora guardada em 1939 para, noutra instante, sem qualquer justificativa conceitual, foi revista e (des)tombada em 1940. Décadas depois, em 1989, houve revisão de caso e relevado o valor por motivo outro, retomado seu tombamento (INEPAC, 1990). Assim, situamos a legislação de vigência em época. O decreto lei 25 de 30 de novembro de 1937 descreve:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL).

O tombamento não foi um ato sem rigor regimental ou sem causa/efeito, dito o lido anterior, entendemos ter sido qualificado em lei pétrea:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL).

Havendo sido reconhecida a circunstância, havia impedimento legal para qualquer efeito, cito acima. O caso poderia ser visto como erro de direito por ter, em letra, citação imediata ao caso, por não haver razão razoável contrária ao tombamento, menos ainda ao destombamento.

Ainda que já houvesse, a essa altura, duas recomendações de Atenas, 1933 e 1936, - que vale a pena acentuar suas maiores diretrizes - a teorização do entendimento interdisciplinar e sistematização da ação de inventário relevante e pontuar a saúde urbanística com quatro pontos básicos (Habitar, Trabalhar, Recrear e Circular). A sistematização e implementação das recomendações foram esvaziadas e frágeis frente a uma política sem vigor de fiscalização mais apurada. De outra forma, certamente, os pontos de Atenas – 36 – seriam fortemente assertivos em subsidiar uma ação de defesa da cidade àquela altura, sendo a mesma dos excelentes exemplares de arquitetura Neocolonial, fato esse, muito superior em significação e pertinência.

A ponderação de inundação para ampliação da barragem de Ribeirão das Lages, por maior que fosse a retórica de progresso, a redação da Carta da Liga das Nações de Atenas de 36 garantiria, se levada em consideração, à manutenção histórica.

Passado décadas, nos anos oitenta, feita revisão de caso e já não sendo mais possível de ponderação perante o centro histórico destruído, fez-se pelo Trajeto do Ouro uma retórica de reconstrução de um percurso físico que o imperador havia usado para proclamar a Independência. Argumento bem mais esvaziado diante da argumentação de 1939. Tantos anos depois, cabe saber, que o pensamento conservatório evoluiu fortemente em conceitos e substancialmente em infraestrutura de amparo, sistematização e fiscalização. Desde 40, quando fora (des) tombada a cidade. De algumas cartas da Unesco, podemos subsidiar diversas ponderações favoráveis a uma reflexão crítica da cidade de São João Marcos, mesmo pós inundação por Vargas.

Em 1956, em Nova Delhi, na 9ª conferência da Unesco, define-se parâmetros para pesquisas arqueológicas, entregando ao Estado a responsabilidade da proteção do seu patrimônio arqueológico com indicações

de ações educativas. Ainda em Nova Delhi, delibera-se já o início das contribuições internacionais.

Em Paris, 1962, determina-se a proteção, salvaguarda e controle, não apenas dos sítios isolados, mas aos territórios aos quais eles pertençam. Numa ação vocativa novamente de tentar instrumentalizar o Estado e conscientizá-lo sempre através de ações educativas, num entendimento de que a ideia de pertencimento se faz instrumento de prerrogativa de intenção de preservação.

A partir das Cartas dos anos 60, um fato determinante que dialoga com nosso estudo de caso passa a ser assunto nas retóricas. Para efeito de comparação e diferentes políticas para o patrimônio, consta que, nos anos 60, começa a inundação pela barragem de Assuã, no Egito, onde estava localizado o vale que abrigava os templos de Abul Simbel. Fora debatido em fórum específico (*Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964*) com substância e interesse o caso egípcio.

Seguem os artigos relevantes na interface entre o caso de Assuã e uma possível ponderação sobre São João Marcos:

Artigo 1º – A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. A estendesse não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2º – A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Artigo 3º – A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Artigo 4º – A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente

Artigo 5º – A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem

autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º – A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º – O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional

Toda descrição da Carta trata do sítio, sua importância e participação social, legitima toda causa de guarda, como supracitado. Veremos o caso de Assuã a seguir, mas a esta mesma epístola, o Brasil era também signatário. O caso de São João Marcos, pode ser visto como erro de direito, em que se percebe adesão legislativa e nenhuma justificativa que deponha como literatura antagonista. Apenas justifica-se interesse político e não fiscalização de efeito. As Cartas ainda seguiram cada vez mais contemplando os elementos simbólicos e sintáticos sociais. Na Constituição de 1988, ainda se diz:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, (...)

Carecia, à época, de verbos mais contundentes, mas não ausentes nas Cartas. Em que pese às ponderações atuais, depois das Cartas - Fortaleza 97, mas, sobretudo de Paris, 2003, podemos considerar os depoimentos orais, as ruínas e documentos correlatos à existência de São João Marcos, patrimônio cultural e cognitivo social, de interesse e pertencimento público. Citação de Paris, 2003:

Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto

com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Assim, ratificada pelo Brasil em março de 2006, onde os modos de fazer e saberes, também individuais⁶⁷, são legados culturais, logo, depoimentos e entendimento sintático por reconstrução oral da memória, serão, sim, interesse de patrimônio. Não necessariamente como descrito em decreto referente a Patrimônio Imaterial- Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), cuja definição se faz um pouco mais formal. Entendemos, assim, o caso de destombamento de São João Marcos, um erro processual, de foro político, que se vista a carência de justificativas legislativas antagonistas.

A destruição de um patrimônio cultural, de uma nação, por motivo justificado pelo progresso, não é e nunca foi premissa única de nossa nação, talvez São João Marcos seja depois do começo das políticas de proteção, se não o primeiro, um dos primeiros casos desse tipo de intervenção através de obras públicas, mas não o único, tendo as devidas proporções e talvez sem as características políticas envolvidas em nosso objeto de estudo.

Esse tipo de apagamento de memória, produzido pelas necessidades econômicas, também teve sua ocorrência em Portugal, movido pela mesma necessidade de inundação de uma região, em detrimento da ampliação de um reservatório de água, o caso da aldeia da Foz do Dão, na década de 1980. A diferença visível em relação ao caso de São João Marcos é que, tal como em nosso objeto, após a inundação da cidade e da migração obrigatória, essa população acabou por se estabelecer ao redor da antiga vila, o que no caso português não foi visto como um grande problema, e as reações de tentativa de recuperar essas identidades e memórias perdidas não foram sistematicamente sufocadas, como no caso brasileiro. Claro que as pesquisas e estudos sobre o impacto do acontecido na aldeia da Foz do Dão ainda

⁶⁷ Jacques Le Goff define o conceito de Memória como algo capaz de conservar informações que podem, em tempo, deixar de ser individual para coletivo (LE GOFF, 1990).

levariam alguns anos para se tornar material de análise e de estudos acadêmicos. No entanto, parte da cultura desse povoado conseguiu se perpetuar na região próxima sobre vigília de seus antigos moradores, o que não podemos dizer sobre São João Marcos. Porém, para continuar estabelecendo esses paralelos de comparação, voltemos ao caso mais conhecido desse tipo de interferência do homem no patrimônio, o da represa de Assuã com os templos de Abu Simbel.

Assim, por ordem do então presidente Nasser, a Represa de Assuã começa sua construção nos anos 1960, com isso, os templos de Abu Simbel estavam sob ameaça de ficar debaixo d'água. Três mil anos depois de sua fundação, eles deveriam dar lugar ao progresso. Uma onda de protestos espalhou-se pelo mundo. Em uma ação de solidariedade espetacular, 80 milhões de dólares foram arrecadados para desmontar os templos, escavados na rocha, e reconstruí-los em um terreno mais alto, seria um sonho que esse tipo de política de preservação tivesse sido colocado em prática em São João Marcos 20 anos antes.

Mesmo sabendo que diferentes patrimônios devem ser igualmente valorizados, as ruínas de templos egípcios têm um ângulo de conhecimento e de apelo internacional que São João Marcos jamais teve. Ainda vale ressaltar que entre esses diferentes eventos houve um considerado avanço nas políticas e nas técnicas de preservação dos patrimônios.

O que mais nos coloca num abismo é saber que o Templo de Philae não está mais em seu local original. Na época da construção da primeira barragem, nos anos 1950, a ilha de Philae estava na zona de alagamento, o templo sofreu com alagamentos, perdeu as cores das paredes, mas continuou de pé. Nos anos 1970, a UNESCO criou um projeto de salvação, que foi posto em prática por um time holandês. Eles desconstruíram o templo, num lego da vida real, em 40 mil peças. Depois o reconstruíram, pedra por pedra, numa ilha vizinha, Agilkia, onde está até hoje.

O caso de Abu Simbel, pelo seu apelo, fez com que as organizações ligadas à preservação dos patrimônios tomassem as rédeas da situação, com isso influenciando os encontros e as cartas patrimoniais. Já em 1962, em Paris, na conferência geral da UNESCO, vemos os primeiros

desdobramentos, com as orientações relativas à criação de órgãos governamentais e não governamentais de proteção.

Já em 1964, em Veneza, na Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios do II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos encontra-se uma preocupação com os avanços das técnicas, pensando em um plano internacional de conservação e restauração dos monumentos. Essas iniciativas vão continuar no encontro de Paris, 1968, tratando das recomendações sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas da Conferência Geral da UNESCO, que traz como exemplo exatamente o caso de Abu Simbel.

Sem o drama envolvendo o complexo de templos de Abu Simbel, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural não teria nascido em 1972. "Sua ideia básica está contida nessa ação de resgate sem precedentes", diz Dieter Offenhäuer, secretário-geral adjunto da Comissão Alemã da Unesco. "Há lugares preciosos, cujo valor extrapola a responsabilidade do Estado em cujo território eles por acaso se encontram", completa.

Entender o caso da represa de Assuã é transpassar pela evolução das políticas de conservação e restauro do patrimônio mundial, como já salientamos essas políticas poderiam ter sido aplicadas no caso de São João Marcos, se já existissem na época, o que delas pode-se aproveitar foi na implementação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos já na década de 90 do século XX.

Depois de décadas de total silenciamento em relação a São João Marcos e seu patrimônio, o órgão Estadual de Proteção do Patrimônio o INEPAC, determinou o tombamento provisório nos termos do inciso II, art. 5º do Decreto nº 5.808 de 13 de junho de 1982 de acordo com o processo nº E – 18/000 062/90 e conforme publicação no DORJ de 16/02/90, das ruínas da cidade. Junto a isso passa a ser feito um trabalho de identificação do sítio arqueológico referente as principais edificações da antiga cidade, até sua completa demarcação pelo IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira) no meio dos anos 2000. Assim, em 2008, o Instituto Light, contando com a

participação de arqueólogos, historiadores, museólogos entre outros profissionais começaram a pensar a organização do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, que teve sua conclusão e a abertura do parque em meados do ano de 2011. Todas essas informações estão na página oficial do parque.

O que se constata é que o Parque tem por política, mesmo que negada, a postura de reafirmar a memória da Instituição Light para aquele espaço. Desenvolvendo medidas educativas e eventos com as comunidades e escolas, seus princípios e seu objetivo podem ser verificados ao visitar o parque, e estão assim descritos em sua página oficial na Web:

o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos é uma iniciativa da Light para preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural da região do Vale do Paraíba Fluminense, ao mesmo tempo em que investe na formação do futuro cidadão com o seu Programa Educativo Cultural. Também por meio do Programa Educativo Cultural, o Parque busca alertar sobre o desperdício de água e de energia e sobre os perigos e prejuízos que as ligações clandestinas trazem para toda a sociedade.⁶⁸

Podemos perceber que, apesar de uma excelente estrutura com a qual o parque conta, com um museu de peças da escavação da região e doadas por ex-moradores, um vídeo de um ex-morador falando sobre a cidade, e que é apresentado aos visitantes ao chegar no museu do parque contado, a proposta principal do parque não parece voltada para educação patrimonial e sim para outros interesses.

Discutir o desperdício de água e a questão energética é de suma importância também, mas, para nós, a questão primeira na política do parque deveria ser a educação patrimonial, deixamos aqui nossa indagação. Será que o que vem sendo feito no parque e suas ações com o público em geral e principalmente o público vindo das escolas, que talvez seja o grande volume de visitantes do parque, esteja sendo pensado levando em conta a dor e a disputa sobre a memória e o patrimônio da cidade de São João Marcos?

⁶⁸ Informações retiradas da página oficial do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Disponível em: <https://saojoaomarcos.com.br/educativo-cultural>

O caminho que levou a criação do parque atende as necessidades que se encontram nas disputas pela história e pela memória da cidade de São João Marcos e pelos debates ocorridos nos anos 40, 50 e 60 do século XX. As disputas, que, como vimos anteriormente, mostraram a derrota das tentativas dos indivíduos com sua história ligada a cidade e sua parcial desistência na tentativa de preservar a memória da cidade, terão anos após, como uma forma de alento, a criação do parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, mesmo que esse não compartilhe a mesma memória e não atenda a todas as suas reivindicações de décadas antes.

O Parque surge como marco final ou como conclusão dessa odisseia, na tentativa de preservar a memória e a história de São João Marcos. Aqui, é importante salientar que nossa cronologia está invertida, se pensarmos que acompanhamos uma lógica de que as edificações ou o “parque” atendem as necessidades e dores que vinham sendo expostas nas décadas posteriores a inundação até os anos 60 do século XX.

De certa forma, o parque vai apaziguar a relação do Estado Brasileiro com a população e sua memória, sua cultura e sua identidade, apesar de não ter como objetivo principal de sua gestão essa proposta de forma clara e evidente. No final, foi o mais próximo de uma conclusão de suas angústias do passado que essa população, agora ínfima, pode ter.

CONCLUSÃO

Houve, no caso de São João Marcos, descaso com a memória, a história e o patrimônio físico e imaterial de seus habitantes que tiveram que migrar da cidade, e com a história nacional. Não teria sido a destruição de São João Marcos parte de um projeto político para a nação? Tem-se como fato que a documentação iconográfica e inventários dos arquivos foram fragmentados entre as cidades que a cercavam, onde não se teve a preocupação de manter uma unidade e preservar essas memórias. No ponto em que este trabalho se encontra. Para além da documentação citada, mapeamos também os testemunhos de remanescentes da cidade nas regiões circunvizinhas, procurando gradualmente estabelecer contatos para nossas pesquisas. Nessas entrevistas com uma população que tenta esquecer seu triste passado confirmamos a fragmentação existente na documentação sobre a cidade, assim como na memória de seus poucos ex-moradores ainda vivos.

Entender a gestão do parque arqueológico de São João Marcos passa pela evolução da legislação brasileira acerca do patrimônio e principalmente pela ainda fraca fiscalização e pelos usos do espaço, no caso desse patrimônio com apropriações confusas e (re) significados no mínimo duvidosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Membros**. Disponível em: https://www.academia.org.br/academicos/membros?title=&field_cadeira_value=11&field_cadeira_posicao_value=0.

ACHARD, Pierre.et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

ALEIXO, Franciele. Jornal online **A voz da cidade**. Disponível em: <http://avozdacidade.com/2017/11/13>.

ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

AMARAL, Luís Felipe Younes do. **Projetos estruturantes em responsabilidade social e ambição estratégica da empresa: casos do Instituto Light**. 2012. Dissertação. Mestrado Profissional em Administração – IBMEC, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ibmec.br/rj/dissertacoes-de-mestrado-profissional-em-administracao-2012>.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ÂNGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David de (org.). **Concepções, memórias e patrimônio cultural: história, sociedade e educação em foco**. 1. ed. Curitiba: Prisma, 2016.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a Cidade e o Urbano em Henri Léfèbvre. In.: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, N°31, pp.133 – 142, 2012.

ARAÚJO, T. B. **Patrimônio cultural e comentários a respeito do episódio ocorrido na cidade de São João Marcos**. 2008. Monografia. Santa Cruz: Universidade Estácio de Sá.

Arquivo Público de Piraí – RJ

Arquivo Público de Rio Claro – RJ

Arquivo da Comarca de Paracambi - RJ

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. – Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2011.

- BADIE, B. 1995. **La fin des territoires**. Paris, Fayard. Ed. Portuguesa: O fim dos territórios. Lisboa: Piaget, s/d.
- BARRETTO, Margarita. Interfaces entre turismo e migrações: uma abordagem epistemológica. In.: **Revista de Turismo y Patrimônio cultural**. Vol. 7, Nº 1, págs. 1-11. 2009.
- BARTH, F. **Los grupos éticos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales**. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad.: Sergio Paulo Rouanet.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad.: Paulo Neves. – 4º. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- BEILER ACMIJB. **Cidades mortas**: declínio econômico das cidades do médio Paraíba na província do Rio de Janeiro no ciclo café. Aspectos econômicos, históricos e sociais das cidades de Pirai, São João Marcos e Rio Claro no período de 1860 – 1900. 2011. Monografia. Volta Redonda: Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA, 2001.
- BENTES, Júlio Claudio da Gama. **Dispersão urbana no médio paraíba fluminense**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- BOPP I. Vilas e povoados visitados na viagem de Dom Pedro I. In.: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. 1973; 70(1): 697–706.
- BOSI, Ecléa. Memórias da cidade: lembranças paulistanas. In: _____. **O direito à memória**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo/Departamento de Patrimônio Histórico/Patrimônio Histórico e Cidadania, 1992.
- _____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz; UNB, 1987.
- BRASIL. **Lei nº 2.269**, 3 de junho de 1940.

BUENO, Alexandre Marcelo. Língua, Imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil na era Vargas. In.: **Estudos Semióticos**. vol.9, N. 2 – dezembro de 2013.

CALIFE, José Maria. **A permanência do coronelismo no vale do Médio Paraíba**: o PSD em Barra do Piraí – 1945 a 1964. 2000. Dissertação. Universidade Severino Sombra. Vassouras.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Cidade. Revista do IPHAN**. N. 23, 1994, p.91-115.

CARVALHO, André Luiz Piva de. Construção identitária: projeção simbólica. In.: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. 28 a 30 de maio de 2008.

CARVALHO, Joana Muller de. **Comida de roça**: culinária rural no Vale do Paraíba fluminense. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Cidade. Revista do IPHAN**. N. 23, 1994. PP.21-31.

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2004.

DANTAS, Luiz Ascendino. **São João Marcos e Rio Claro. Suas Origens. Primeiros Povoadores. Limites com São Paulo. O Café. Genealogia da Família Portugal Subsídio Histórico**. Estado do Rio de Janeiro, 1936.

DANTAS LA. **Esboço Biographico do Dr. Joaquim José de Souza Breves**: origem das fazendas São Joaquim da Gramma e Santo Antônio da Olaria: subsídios para a história do município de São João Marcos. Rio Claro; 1931.

DIDI – HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____. (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edição Sesc São Paulo, 2017.

_____. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

_____. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, Imago, 2012.

_____. **Quando as imagens tocam o real**. Pós: Belo Horizonte, v. 2, n. 4, pp. 204 – 219, nov. 2012.

_____. **Quando as imagens tomam posição, o olho da história I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.

_____. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.

ESTILIANO, Eduardo Oliveira; ARAÚJO, Francisco Gerson. Da concessão Reid ao fim de São João Marcos (1899-1945). In.: **Floresta e Ambiente**. v. 17, n. 2, jul. Dez. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo história** – reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. Ed. Ver. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

FREITAG, Barbara. **Teoria da cidade**. – 4º ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC/Iphan, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 21-29.

GUATTARI F. e ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GRIECO, Bettina. Fotografia. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). In.: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbete). ISBN 978-85-7334-279-6
Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In.: **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, p.206-214.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

INEPAC/Arquivo Central. Processo de tombamento nº 762/90.

IPHAN/COPEDOC/Arquivo Central. **Processo de tombamento 183-T**.

JARDIM, J. M. (1). A invenção da memória nos arquivos públicos. In.: **Ciência da Informação**, 25(2). Recuperado de <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. Enciclopédia Einaudi, volume 1: Memória-história. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Bom Tempo, 2005.

OLIVEIRA, José Floriano Godinho de. **Reestruturação positiva e regionalização da economia no território fluminense**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

KESSEL C. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

_____. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In.: **Revista ArtCultura: Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.** v. 8, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad. In.: **Projeto História,** São Paulo, v. 17, 1998.

MAZUCATO, T. P. S. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim.** 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2014, v. 1.

MELLO, João M. Cardoso. **O capitalismo tardio.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.

MELO, Leda Agnes Simões. Uma cidade perdida: São João Marcos e seu destombamento. In.: **XIV Encontro regional da ANPHN - Rio, memória e patrimônio.** UNIRIO, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In.: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Lei do tombamento comentada: Decreto-lei n. 25/37 – doutrina jurisprudência e normas complementares.** Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In.: **Revista do PPG-Hist./Depto. História/PUC-SP.** São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Alexandre Nogueira. **O turismo como difusor da história local: o caso de São João Marcos.** Biblioteca Central UBM – Barra Mansa, 2005.

OLIVEIRA, Ana Gabriela dos Santos. **Políticas de tombamento de patrimônio histórico: caso de São João Marcos.** 2016. Monografia (Bacharelado em Políticas Públicas). Universidade Federal Fluminense. Angra dos Reis, 2016.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. **Memória, patrimônio e turismo: a biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São**

João Marcos (RJ). 2012. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização. In.: **E-Cadernos CES** [online], v. 21, 2014. Disponível em: <<http://eces.revues.org/17911791>>. Acesso em: 9 out. 2017.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. In.: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Série. V, 23, pp. 211-237. Jul. Dez. 2015.

Parque Arqueológico de São João Marcos. **Educativo Cultural**. Disponível em: <https://saojoaomarcos.com.br/educativo-cultural>.

PAULA, Dilma Andrade de. Na contramão da utopia: a memória da destruição da cidade de São João Marcos. In.: **Revista de História Regional**, v. 1, n. 1, jun.-set. 1996.

_____. **A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010** / Paula Porta. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

PRADO, Caio Junior. **História econômica do Brasil**. São Paulo; Brasiliense, 2012.

POSSAMAI, Zita R. Fotografia e cidade. In.: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 67-77.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; LOPES, Maine Barbosa. **Lugares de memória da imigração na América Latina: As hospedarias da imigração de São Paulo e Buenos Aires - Maracanã - Rio de Janeiro**, nº 6, pp. 171-182, 2010.

RAMOS. Josiane Nogueira; MACHADO. Rodrigo da Fonseca. **A destruição de São João Marcos: o fim de uma história.** Biblioteca Central UBM – Barra Mansa, 2007.

RÊGO. Oswaldo de Assumpção. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro** – nº 14 - Subsídio para a História de Mangaratiba e São João Marcos.1962.

RIOS, Ana Maria Lugao. **Família e transição:** famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920. 1990. Dissertação. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

RÜSEN, Jösen, **Teoria da história:** uma teoria da história como ciência. Trad.: Estevão C. de Rezende Martins.- Curitiba: Editora UFPR. 2015.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo:** o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco. Brasília: Editora UnB, 2018.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** – 3º ed. – São Paulo: Editora da USP, 2008.

SERRA, Mozart Vitor (org.). **São João Marcos:** patrimônio e progresso. Rio de Janeiro: Cidade Viva/Instituto Cultural Cidade Viva, 2011.

SILVÉRIO, Valter. O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora. In.: **REVISTA USP.** São Paulo, n.42, p. 44-55, junho/agosto 1999.

SIQUEIRA. Jéssica Caroline dos Santos; FOSSE. Juliana Moulin. **Uso da Cartografia 3D para o resgate e preservação do patrimônio histórico da cidade de São João Marcos – RJ.** UFRRJ. 2013. Biblioteca UGB – FERP/Volta Redonda, 2009.

SOUZA. Márcio Leandro de. **As relações entre o poder público e São João Marcos.**

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VAZ, Virgínia Bertino Jorge. **A represa de Ribeirão das Lajes e os efeitos sócio espaciais no planalto da Serra do Mar no sul do Estado do Rio de Janeiro.** UERJ, 2012.

ANEXOS:

Antiga São João Marcos

Anexo 1: Praça Central e Rua dos Sobrados, 1925.



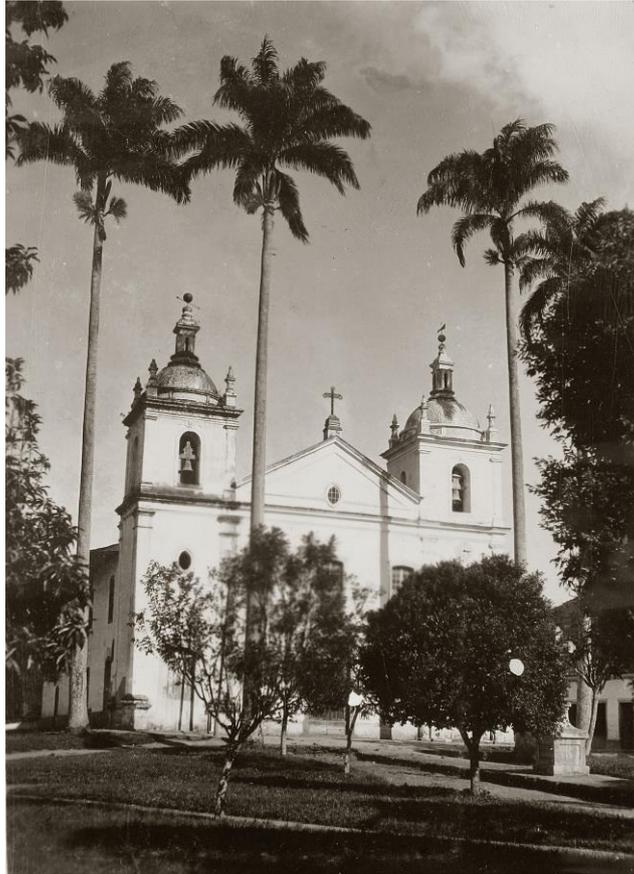
Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Anexo 2: Praça Central, década de 1920.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Figura 3: Igreja Matriz de São João Marcos ,1931.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos.

Anexo 4: Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos em período de criação, meados dos anos 2000.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.

Anexo 5: Fotografia panorâmica do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, 2017.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Pirai – RJ.